



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 052

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 052

49ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 07

Dep. Antonio Belinati 09

Dep. Luiz Claudio Romanelli 10

Dep. Chico Noroeste..... 13

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 14

Dep. Elio Rusch 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 11

Liderança do Bloco PPS / PMN

Dep. Marcelo Rangel 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação) 21

Redação Final 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 22

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão: 25

Transcrição 25

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 26

Redação 30

Segurança Pública..... 31

DIÁRIO Nº 052

49ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 MAIO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Ney Leprevost (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 1552/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que solicita esclarecimentos sobre as empresas que foram firmadas aditivos contratuais que dispõe sobre acordos estabelecidos para concessão de incentivos a empresas no Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1763/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 780/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o C.DAF.CCE nº 250/09, do Sr. José João Reis, Chefe do Departamento de Administração Financeira - DAF da Empresa Brasileira de Pesquisa - EMBRAPA, comunicando a referida instituição e o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR firmaram o Convênio de Corporação Técnica e Financeira nº 10200.08/0276-5, SICONV nº 702460/08. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL000049, AL000050, AL000051, AL000052, AL000053, AL000054, AL000055, AL000056, AL000057, AL000210, AL000211, AL000212, AL000213 e AL000214/09, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução

de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, junto a Secretaria de Estado da Educação nos Programas de Merendas. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 20/05/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunicamos a V. Exa. que por deliberação dos Deputados do Bloco PRB/PSB/PV, o ilustre Deputado Reni Pereira passa a responder pela Liderança do Bloco nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK
ROSANE FERREIRA

Indicações

INDICAÇÃO Nº 675/09

SÚMULA:

Solicita estudos e providências para a implantação de trevo ou rotatória de acesso ao Parque Industrial das Palmeiras - rodovia PR-180 em Terra Rica.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Dr. Rogério Tizzot:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após aprovação do douto Plenário o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, solicitando estudos para implantação de trevo ou rotatória de acesso ao Parque Industrial das Palmeiras - rodovia PR-180 em Terra Rica, visando-a para o sistema viário da Cidade de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Prefeito da Cidade de Terra Rica encaminhou ofício ao senhor chefe do escritório regional de Paranavaí, do Departamento de Estradas de Rodagem, pleiteando a implantação de trevo ou rotatória de acesso ao Parque Industrial do bairro das Palmeiras, na rodovia PR-180, dentro do território daquele Município, por ser local que apresenta intenso tráfego de veículos e ciclistas.

Ocorre que com a instalação de unidade sucroalcooleira da Usina Santa Terezinha em Terra Rica, a sua população sofreu sensível aumento, obrigando inclusive o poder público, a construção de conjuntos habitacionais quase que em caráter de urgência para abrigar os novos moradores. Naturalmente, o sistema viário também causou o impacto do aumento do tráfego, o que está a exigir as providências encarecidas no documento em tela. Reivindico portanto, que a Secretaria requerida ofereça a costumeira atenção ao justos pleitos da comunidade terra-riquense.

INDICAÇÃO Nº 676/09

SÚMULA:

Propõe a execução de serviços de manutenção de poda do mato, bem como conservação da sinalização horizontal nas margens da PR-180 no município de Terra Rica.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Dr. Rogério Tizzot:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após aprovação do douto Plenário o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, propondo serviços de manutenção de poda do mato, bem como conservação da sinalização horizontal nas margens da PR-180 no Município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Prefeito da Cidade de Terra Rica encaminhou ofício ao senhor chefe do escritório regional de Paranaíba, do Departamento de Estradas de Rodagem, pleiteando serviços de poda e conservação da sinalização horizontal nas margens da PR-180.

Ocorre que a rodovia apresenta intenso tráfego de veículos, pois dá acesso ao micro-polo regional de Paranaíba, e, devido ao crescimento do mato, apresenta pouca visibilidade da sinalização horizontal colocando em risco a segurança ao trafegar.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Nelson Justus, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente REQUERER Sessão Extraordinária no dia 09 de junho do corrente, em homenagem aos 44 anos de fundação do Pequeno Cotelengo do Paraná, completados no mês de março do corrente.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O Pequeno Cotelengo do Paraná é uma obra social criada em 25/03/65, na Cidade de Curitiba-PR, administrado por religiosos da Congregação Pequena Obra Divina Providência. Assim como esta, existem outras, localizadas em outros Estados e Países, que pertencem a mesma congregação, porém vivem independentes, de acordo com a cultura de cada região.

A congregação tem como base a filosofia do fundador Beato Luis Orione - Viver a Caridade, e que "Só a Caridade Salvará o Mundo" (Dom Orione). Embaixados neste espírito é que se presta atendimento aos mais carentes e necessitados, abandonados e que por alguma razão não encontram auxílio na comunidade.

Esta entidade é referência no Estado do Paraná, devido as características da clientela e o atendimento ser em regime de lares. Atende pessoas portadoras de necessidades especiais de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 65 anos, abandonadas ou em situação de risco, em regime de internato, hoje denominado "Lares". Proporcionar melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos moradores a fim de que possam desenvolver suas habilidades.

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas notas taquigráficas integrais da Sessão Plenária do dia 19 de maio corrente.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja fornecida cópia integral da Sessão Plenária do dia 19 de maio corrente, feita pela TV SINAL.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2402

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja arquivado o Projeto de Lei nº 068/09, de autoria da signatária, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar informações ao consumidor, tendo em vista a existência de projeto semelhante.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento de Reinaldo Brambatti, ocorrido em 11 de maio do corrente, por morte natural.

Requer, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Sra. Amabile Brambatti.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após

ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a ADEVIPAR - Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, pela comemoração dos 30 anos da fundação que acontecerá dia 25 de maio.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Aristides Garret do Prado, pelo título de Cidadão Honorário de Curitiba, que receberá no próximo dia 20 de maio.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovado pelo soberano Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações ao Desembargador Miguel Kfoury Neto, membro do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

É praticamente um privilégio e uma incontida honra para os paranaenses poderem contar com tão sábio e honrado julgador na mais alta corte de justiça de nosso Estado. S. Exa. há muitos anos vem dedicando a maior parte de sua vida, verdadeiro padrão de competência e dignidade, a fazer e semear justiça aos paranaenses, sendo, portanto, merecedor das homenagens desta Assembleia Legislativa.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Desembargador Miguel Kfoury Neto, rogando que Deus continue derramando chuvas de bênçãos sobre sua vida, de seus familiares e abençoando a nobre missão que está sob sua responsabilidade.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. José Sendeski Neto, em razão de ser eleito o Empresário do Ano 2009, em Maringá.

Ele foi escolhido entre os empresários que tiveram maior número de indicações, segundo 26 entidades de Maringá.

A entrega do prêmio será em agosto, em data a ser definida.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2389

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Sérgio Augusto Veiga Lopes.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Sérgio Augusto Veiga Lopes, cirurgião cardíaco, formado pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em cirurgia e especialização em Terapia Intensiva e Cirurgia Cardíaca pela Universidade de Coimbra (Portugal), é um dos médicos da nova geração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanismo, ciência e afeto, priorizando os princípios éticos.

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Prof. Dr. Luiz Fernando Bleggi Torres.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Prof. Dr. Luiz Fernando Bleggi Torres, médico patologista, PhD em patologia pela Universidade de Londres, professor titular da Universidade Federal do Paraná, com especialização em Imunopatologia e Neuropatologia, atua nas áreas de Patologia Cirúrgica, Imuno-histoquímica e Neuropatologia, com ética e responsabilidade, usando todos os recursos técnicos, científicos e de formação profissional, destaca-se em sua área pela sua competência e dedicação, sendo referência entre seus Pares e um dos responsáveis pela representatividade da cadeira de Medicina da Universidade Federal do Paraná, perante o cenário nacional e internacional.

REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Jornal Folha de Notícias.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornal Folha de Notícias, dirigido pela família Santos, responsáveis pelo periódico que

circula a mais de cinco anos em Curitiba e região metropolitana, sempre levando informação com credibilidade e isenção, respeitando seus leitores e a comunidade em geral, focando suas matérias nas necessidades dos cidadãos, com total liberdade de expressão, tornando-se parceiro de seus anunciantes e leitores, demonstrando que a imprensa de qualidade é feita com a participação de toda a sociedade, com profissionais competentes e com a dedicação de seus colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 2392

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Carol Valenga.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Carol Valenga, nascida em Rio Negro, Paraná, é compositora, cantora, coreógrafa e apresentadora de TV, autodidata em violão, compositora de letras, melodias e ritmos, com conhecimento em gaita de boca, teclado e castanholas, fascinada por música e dança latina, revela todo seu talento para as artes através de seus discos lançados, onde expressa a sua veia artística com naturalidade, como apresentadora de televisão é a imagem da descontração e da alegria em realizar um programa agradável ao público e que leva diversão e informação ao telespectador.

REQUERIMENTO Nº 2393

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Fernanda Artigas Samaha.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Fernanda Artigas Samaha, Secretária Municipal de Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Piraquara, onde incentiva e promove atividades esportivas às crianças e adolescentes de forma gratuita, desenvolvendo a disciplina entre estes, de forma a propiciar uma integração maior entre as escolas e seus alunos, sua administração é exemplo de realizações e conquistas, seu apoio às atividades esportivas vem relevando grandes desportistas e cidadãos, atingindo assim os objetivos mais importantes de um administrador público competente e inovador.

REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Duo Coisine.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Duo Cuisine, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após oitiva do douto Plenário, o envio de solicitação de informações pelo Secretário de Estado da Fazenda, especificamente respondendo:

- Quem, na estrutura organizacional de servidores do Estado do Paraná, após a vigência de Lei nº 15426/07, de autoria do Deputado Ratinho Junior, é responsável por firmar os contratos ou acordos, com a finalidade de que as empresas que gozam de benefícios fiscais estaduais não venham a demitir seus funcionários?

O requerimento é formulado para se averiguar o efetivo respeito à lei citada, que defende precipuamente os trabalhadores do Paraná.

Na mesma oportunidade, requer-se o envio à esta Casa de Leis, do aditivo do acordo, bem como de todo e qualquer tipo de acordo firmado entre o Estado do Paraná e a empresa Sadia, para fins da Lei Estadual nº 15426/07, especialmente pelo artigo 2º desta lei. Ou seja, requer-se o envio de informação acerca de todo e qualquer tipo de benefício fiscal ou tributário que a empresa Sadia esteja fazendo gozo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 241/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Público garantirá atendimento a homens autores de violência intrafamiliar e de gênero, com a finalidade de proporcionar-lhes recuperação mediante tratamento multidisciplinar.

Parágrafo Único. Os homens serão encaminhados para tratamento pelos seguintes meios:

I - por vontade própria;

II - pela Delegacia da Mulher;

III - por determinação judicial.

Art. 2º O Poder Público incentivará a participação de entidades de classe, de ensino, ONGs, instituições de

pesquisa e outras na elaboração de políticas e no atendimento a homens autores de violência intrafamiliar e de gênero.

Art. 3º Fica o Poder Público obrigado a oferecer capacitação aos profissionais responsáveis pelo atendimento.

Art. 4º A capacitação de que trata o artigo anterior envolverá os seguintes temas, além de outros que se fizerem necessários:

- I - relação de gênero;
- II - direitos humanos;
- III - direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - dinâmica de grupo;
- V - noções de terapia de família e de casal;
- VI - terapias corporais;
- VII - noções de psicopatologia.

Art. 5º A capacitação referida nos artigos anteriores será extensiva a agentes comunitários que atuem em suas comunidades na prevenção da violência intrafamiliar e de gênero.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora apresentamos rompe com a visão de que o debate sobre as questões de gênero dizem respeito apenas às mulheres, mas também a uma mudança do comportamento masculino que na nossa sociedade está calcado numa visão patriarcal.

Depois de muitos anos de luta, políticas públicas foram desenhadas para o atendimento das mulheres agredidas com o seu acolhimento em casas abrigo e em delegacias especializadas. Por outro, pouco se fez em matérias de políticas públicas para atender o outro lado de relação de violência: o homem que a provoca. A maioria dos profissionais que trabalham com esta questão afirmam que se não houver um tratamento adequado, que inclua também o agressor, a probabilidade de que o problema venha a ocorrer novamente é muito grande. Portanto, é necessário que a pena alternativa funcione no sentido de reeducar, de promover uma nova relação do masculino com o feminino, baseada no respeito pelo outro.

Com o complemento a este projeto de lei, cabe sugerir mudanças no ordenamento jurídico, de forma que homens que praticam violência intrafamiliar e de gênero sejam encaminhados pelos juízes para tratamento, e possam refletir sobre o ato praticado, numa perspectiva de recuperação e de adoção de novas posturas na sua relação com as mulheres e a família.

Ressalta-se que entidades da sociedade civil já realizam trabalhos multidisciplinares com homens autores

de violência intrafamiliar e de gênero e que em vários países do mundo, por ocasião do dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, muitos se organizam na Campanha do Laço Branco. Trata-se de um movimento de homens pelo fim da violência contra a mulher e pela construção de novas relações de gênero.

Esta proposição ao mesmo tempo em que obriga o Poder Público a prestar o serviço, abre espaço para a participação de instituições que atendam ou possa vir atender os homens autores de violência. Este atendimento deverá acontecer em equipes multidisciplinares previamente capacitadas.

Em razão da importância social do assunto tratado, solicito aos Srs. Parlamentares a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 242/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos do Aduato Botelho, com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/05/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Amigos do Aduato Botelho, fundada em 2007, é uma entidade com finalidades assistenciais, sociais e filantrópicas do Município de Pinhais.

A entidade presta assistência material e social a portadores de transtornos mentais e vítimas do uso de drogas. Através de suas atividades, a associação busca contribuir com a melhoria da qualidade de vida e uma inserção dos mesmos na sociedade Paranaense.

Pela importância e sensibilidade do serviço prestado por esta entidade à nossa sociedade é que esta Deputada propõe o presente projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aproveito a oportunidade desta tarde e ocupo a tribuna desta Assembléia Legislativa para compartilhar a minha alegria com os demais Parlamentares desta Casa

que também, em muito, cooperaram para uma grande vitória a favor do Estado do Paraná, a favor do contribuinte paranaense e também a favor daqueles que defendem a utilização do modelo de software livre e o modelo da documentação aberta de documentos de informática.

Lendo um determinado informativo digital, tomei conhecimento de uma grande conquista, através da SANEPAR, nossa empresa de saneamento básico, que existe há 45 anos. E nesses 45 anos, presta serviços de fornecimento de água e o destino dos esgotos da maior parte das nossas Cidades.

Por causa de uma lei de autoria deste Parlamentar que vos fala, a Lei nº 15742/07, que sugeria ao Governo Estadual a adoção do modelo ODF, modelo de documentos digitais aberto, por causa desse tipo de modelo a SANEPAR está, quase na sua totalidade, substituindo de seus computadores o sistema Office, que é aquele pacote digital com programas para editor de texto, planilha eletrônica, apresentação multimídia. O pacote Office outrora utilizado era no modelo do software proprietário, e isso exigia um investimento pesado e alto que acabava, obviamente, refletindo em gastos ao Governo. E com adoção do Open Office, na padronização ODF, eis que a SANEPAR, apenas a SANEPAR que está em vias de finalizar essa migração, pode economizar nada mais, nada menos, fazendo uma operação matemática, mais de R\$ 1 milhão e 200 mil, porque ao todo são 3 mil, 128 estações, tomando por base que uma atualização do Office proprietário do pacote de informática, custa, segundo o próprio site da Microsoft, em torno de R\$ 1 mil e 99. Isso gerou uma economia, para o Estado e para a SANEPAR, de R\$ 1 milhão, 207 mil. Se porventura o sistema operacional vigente nessas estações, nessas máquinas, exigia não apenas a atualização, se exigisse, ao invés da atualização apenas e sim a aquisição de novos pacotes informática, programas de informática para o escritório, com base também na informação do próprio site da Microsoft, cada pacote custaria em torno de R\$ 1 mil 499, quase R\$ 1 mil e 500, o que totalizaria o valor de R\$ 2 milhões, 247 mil.

Bom, trocando tudo isso em miúdos, para que a imprensa tome pé da situação, senhoras e senhores telespectadores, eis que apenas um órgão público, a SANEPAR que está em questão, economizou com esta substituição de um modelo proprietário para o modelo ODF, proposto na lei deste Parlamentar, economizou quase R\$ 2 milhões e 300 mil.

Recentemente, Deputado Romanelli, os Deputados que fazem parte da sustentação do Governo, bem como o próprio Governador, muito orgulhosamente alardeou a aquisição de ônibus, que ainda serão distribuídos aos Municípios do Paraná, ônibus escolares, como também orgulhosamente alardeou a aquisição de novas viaturas policiais. Segundo o site do Governo, eis que foram gastos com os ônibus escolares 133,4 milhões, e nas 201 viaturas da Polícia Militar foram gastos R\$ 5 milhões, 877

mil, 598, ou seja, se não na sua totalidade, boa parte de todas essas aquisições, que indiscutivelmente são importantíssimas para o nosso Estado, para os nossos Municípios, boa parte só pôde ser realizada graças à economia desse simples projeto, que tornou-se lei, do Parlamentar que está ocupando neste momento esta tribuna.

Obviamente o Governo, por questões particulares, ou por conveniência, jamais divulgaria o vínculo do sucesso, tanto da aquisição desses veículos da Polícia Militar, como dos ônibus escolares, como outras obras, que vão desde a recuperação de estradas, jamais ele vincularia o sucesso dos recursos a este Parlamentar, porque só foi possível essas aquisições, ou esses investimentos, graças a uma lei, de minha autoria e também com o apoio de todos os Srs. e Sras. Deputadas desta Casa.

Então, não poderia deixar de celebrar essa vitória. Ganham os que são idealistas do software livre os que são defensores da padronização digital - o ODF, ganha a sociedade paranaense, o contribuinte paranaense, ganha este Parlamentar, que é o pai da matéria, como costumam dizer no meio futebolístico.

Aproveitando o espaço, quero parabenizar o atual Governo por ter visionado, enxergado que era o momento de abraçar essa idéia dessa lei. Como também quero parabenizar todos os dirigentes da SANEPAR. E aproveito o espaço, senhoras e senhores, para deixar aqui o agradecimento e os meus parabéns ao analista de sistemas da SANEPAR, o Adilson Oliveira, que particularmente não conheço, não tive o prazer ainda, mas que foi o responsável por todo esse processo de migração. Quero parabenizar, também, o meu amigo pessoal Vitorio Furusho, que é o coordenador do GUBRO, que é o Grupo de Usuários Broffice no Paraná, que é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como ideal divulgar, propagar e incentivar a utilização do modelo ODF, o modelo de padronização de documentos.

É aquela velha história que eu disse quando encaminhava a proposta de lei, que geraria a garantia a este Governo e a Governos futuros de todos os documentos digitais serem preservados e, posteriormente, com atualizações dos computadores do Governo, esses mesmo documentos poderem ser acessados com integridade e as informações serem utilizadas *a posteriori*.

Portanto, muito obrigado àqueles que acreditaram neste Parlamentar como tendo competência para fazer essa proposição. Muito obrigado a todos os Deputados desta Casa, que votaram unanimemente para a transformação desta proposta em lei. Muito obrigado a todos os que estão, direta ou indiretamente, envolvidos nesse propósito, nessa idéia, desde o Governo atual até todos os órgãos governamentais, que têm, com todo o esforço lutado para também serem inseridos nessa mudança de utilização do modelo proprietário para o modelo aberto e a padronização ODF.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Nishimori, Deputado Alexandre Curi, Deputado Chico Noroeste, Deputados e Deputadas, visitantes e paranaenses que acompanham a transmissão dos trabalhos da Assembleia Legislativa pela Rede MERCOSUL e também pela TV SINAL.

Muitas pessoas têm me enviado e-mails. Hoje, houve uma alteração no meu e-mail. Vamos aos e-mails que a nossa equipe, o Genaro, o Gustavo, a Márcia e a Kelly prepararam aqui. Vamos ver.

De Felipe Cheninsky: *Prezado Deputado Belinati, venho apresentar o grupo de estudantes de Fisioterapia que, durante todo o curso, esteve voltado ao atendimento da nossa população em geral, sendo que nos primeiros anos acompanhávamos comunidades, grupos carentes, doando o nosso tempo, doando a nossa dedicação, conhecimento e atenção, sempre com carinho e com o devido respeito que as pessoas mais pobres são merecedoras. Através do Programa de Promoção Humana da Universidade Tuiuti do Paraná, nossa instituição de ensino que, associada à Volvo, participamos de projeto na comunidade Vila São José, na região do Passaúna. Agora estão os alunos com certa dificuldades para a formatura, que não têm dinheiro sequer para uma festa, uma confraternização entre os colegas.*

A Marlene Pereira Osório: *Depurado Belinati, nós, funcionários públicos do Paraná, que trabalhamos no Sudoeste do Estado, queremos agradecer o seu apoio quando da votação do aumento salarial do funcionalismo, ao contrário da nossa Deputada que nem apareceu para votar.*

Ontem, votei nas emendas que dariam 15% de aumento para os servidores, mas a Bancada Governista é maioria dentro do processo democrático e fomos derrotados. Os funcionários sabem quem votou a favor ou contra o aumento de 15%, para os servidores.

Temos aqui da Marta Bernardes da Silva: *Deputado Belinati, agradeço pela resposta e pelo seu empenho em nos ajudar. Infelizmente, existem barreiras, mas conte conosco sempre que precisar.*

Obrigado a todos. Peço aos paranaenses que enviem sugestões ou críticas ao nosso trabalho.

Cada Deputado depende do povo. Sem o povo ninguém vem para cá como Deputado. Daqui a um ano e meio teremos eleição, muitos serão reeleitos, vão chorar e xingar o povo, dizer que ele é ingrato. O povo não é ingrato e sabe ser agradecido. O político que, às vezes, dá mancada, “pisa no tomate”, falha com o povo e depois, quando perde a eleição, reclama do povo.

Sérgio, da Universidade de Londrina: *Deputado Belinati, obrigado por votar em favor de um aumento maior ao funcionalismo público, embora não conseguimos ter êxito na matéria. A luta dos Deputados, especialmente da V. Exa., foi digna de destaque. Ele é um funcionário padrão da UEL e pede aos Parlamentares daqui, ao menos para esse projeto e para a emenda que apresentamos, atendendo a sugestão do Sérgio e de um grupo de funcionários da UEL, que esse projeto seja aprovado, inclusive com a emenda que apresentamos, que é tão importante quanto o projeto. Ele diz: Uma outra luta que pedimos apoio, é em relação ao Projeto de Lei nº 106/09, para o qual oferecemos uma sugestão de Emenda. Ontem, apresentamos a emenda a esse projeto. Ela poderá beneficiar todos os servidores, técnicos, universitários. Atualmente, com o texto do projeto original, contempla-se apenas o pessoal docente das universidades. Caso seja possível, solicitamos a V. Exa. que apresente a emenda.* Já apresentamos a emenda.

Temos da Câmara Municipal de Cambé, assinado pelo Presidente Luiz Antônio Pércles Júnior. O Vereador Mário Aparecido dos Santos apresentou um pedido. Alô, Governador Roberto Requião! Alô, Secretário da Segurança Pública! Está sendo sugerida, através da Câmara Municipal de Cambé, a implantação de uma Delegacia da Mulher. Esta Cidade está caminhando para 100 mil habitantes e já deveria ter, há tempos, uma Delegacia da Mulher. Acho que todo Município deveria ter. Toda mulher, todo ser humano é digno de proteção. Temos que defender a mulher onde quer que esteja, no Município grande, no pequeno, a rica, a remediada, a pobre, todas devem ser tratadas com dignidade.

É lamentável que Cambé, é que um Município tão grande, está numa fase de bom crescimento, não tenha ainda essa delegacia.

O Comitê de Defesa do Idoso, contra a discriminação ao direito de continuar trabalhando, mandou uma mensagem para mim que os idosos todos querem continuar trabalhando. A pessoa se aposenta e não quer ficar em casa. Tem um outro que quer ficar descansando. A maioria se aposenta e quer continuar trabalhando. E o Desembargador Amaral e Silva diz aqui que a atual diretoria da AMP - Associação dos Magistrados, e do Ministério Público, estão empenhados para que aqueles que se aposentaram possam ser reaproveitados. Se é no Ministério Público, se é na Magistratura, se é numa repartição pública, se é numa empresa. Acho que é interessante.

E temos aqui A Tribuna do Vale: *Criança morre em hospital depois de tomar injeção com, cloreto de potássio.* Uma denúncia grave. Aqui no Paraná, não é na África, não, na Cidade de Andirá. A Polícia Civil de Andirá investiga a morte de uma criança de três anos, no Hospital Sociedade beneficente de Andirá. A mãe levou a criança ao hospital, para tomar uma vacina, porque havia a suspeita de tuberculose. E de maneira criminosa, ou trocaram o remédio que estava na prateleira, deram uma injeção errada na criança, com cloreto de potássio.

De acordo com o depoimento de familiares, a troca do medicamento aconteceu durante a aplicação de uma injeção de ampicilina sódica e hidrocortisona, numa criança que estava se recuperando de uma pneumonia. A criança foi levada ao hospital pela mãe, para tomar uma injeção. E alguém, ou por erro médico, ou por erro na área da Saúde, ou até por um homicídio, porque tem maluco em todo canto...

Lembro uma ocasião que a Rede Globo mostrou para o Brasil um enfermeiro do Rio de Janeiro, que o maior prazer era dar o “chá da meia-noite” para os pacientes. Trabalhava à noite em um hospital, e em todo plantão dele morria algum paciente. Foram ver, ele dava injeção para matar. E qual a alegação dele? Que era para aliviar o sofrimento.

Nosso respeito aos enfermeiros e enfermeiras, não podemos generalizar. Tem louco como Deputado, como Vereador, como Prefeito, como Presidente, em todo o canto. Estou dizendo que é um fato concreto que estamos contando aqui, mas sem tirar o respeito e o trabalho maravilhoso que, a quase totalidade de enfermagem, realiza em nosso País. Agora, é inadmissível uma Cidade com o Andirá! Isso é um assassino!

Esta Casa, que tem o Poder de fiscalização, acho que cabe fazer um acompanhamento para que se apure a devida responsabilidade. Foi uma enfermeira? Que seja punida. Foi um médico? Que seja punido. Foi o hospital? Ou fui algum criminoso que entrou no hospital e fez a troca de maneira criminosa?

Acho que o fato é merecedor de toda a atenção. É lamentável que aqui no Paraná uma criança de três anos, no melhor de sua vida, tenha morrido porque tomou uma injeção. Por quê? Porque estava se recuperando de uma pneumonia que, bem tratada, dificilmente vai matar o paciente.

Para terminar, Sr. Presidente Nelson Justus, eu pediria a observação de V. Exa., que vou colocar agora sobre o episódio do Deputado Fernando Ribas Carli, creio que quase todos os colegas devem estar sendo procurados pela imprensa. Ainda há pouco a Mara, brilhante jornalista do Jornal do Estado, me telefonou querendo saber como eu vou votar, no dia que for colocado em votação aqui no Plenário para cassar ou não o mandato do Deputado Ribas Carli.

Pelos 41 anos de vida pública, Sr. Presidente Nelson Justus, creio até que V. Exa. poderia, talvez até no sentido de orientar aqueles que são novos no mandato parlamentar, atentar para o seguinte fato: no dia em que o Deputado Ribas Carli for julgado nesta Casa, cada Parlamentar estará investido da função de Juiz.

Então, o que disse para a jornalista? Se eu vou estar investido na função de Juiz para julgar o Deputado Ribas Carli, se eu antecipar o meu voto que vou cassar o mandato dele, ele ou o advogado dele vai requerer a V. Exa. para me colocar sob suspeição, que eu já adiantei o voto, porque no Poder Judiciário é a mesma coisa, se o Juiz antecipar o voto dele, que ele vai condenar ou vai

absolver um réu, ele está afastado do processo de julgamento.

A mesma coisa se algum Parlamentar der uma manifestação ao contrário, que vai absolver, quer dizer, de qualquer jeito, o que estou querendo passar aqui aos nobres colegas é que o Plenário, quando houver este julgamento, cada Parlamentar está na condição de Juiz, estará julgando, e o voto antecipado, se a parte que se sentir prejudicada quiser, pode requerer a suspeição do Parlamentar, ele não poderá participar do julgamento. A lei é muito clara. A lei que se aplica ao Poder Judiciário, eu não tenho dúvida, naquele momento, especificamente para o julgamento, ela será aplicada também a todos nós.

Daí então, usando esta tribuna, peço a compreensão dos ilustres membros do comitê de imprensa desta Casa, porque a lei não nos permite fazer antecipação de voto sobre julgamento. Isso só poderá ser feito depois de cada Parlamentar, Deputado Rossoni, de ler os autos, vai ter relatório, vai ter tudo, vai ter defesa, vai ter advogados dos dois lados, mas previamente, qualquer manifestação estará levando a suspeição do Parlamentar e, consequentemente, o seu impedimento de participar desse julgamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli
(**PMDB**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Falar aqui depois do “reitor da escola belinatiana de comunicação”, e de três horas de discursos que tivemos ontem que, sinceramente, foi a virtualidade em que, lamentavelmente, muitas pessoas ocuparam as tribunas desta Casa para poder, de fato, tentar enganar outras pessoas e, pior que tudo, por trás dessas pessoas que estou me referindo, servidores públicos, tem pessoas, tem vidas, tem famílias, e se alimenta de forma bem objetiva o imaginário das pessoas.

Queria perguntar ao “reitor da nossa escola belinatiana”, se quando ele foi Prefeito de Londrina, algum dia ele mandou uma mensagem para a Câmara de Vereadores de Londrina para aumentar o salário dos servidores do Município, e se os Vereadores fizeram alguma emenda que ele tenha acatado. Gostaria que ele trouxesse para mim essa resposta. Não quero polemizar, mas gostaria que ele fizesse isso.

Mas, não vim aqui falar sobre esse tema, vim para registrar um posicionamento sobre um tema que estou, quatro ou cinco, dias incomodado com esse tema, e percebo que ninguém tocou nesse assunto aqui nesta Casa. Aliás, vi sim alguém falar sobre isso, mas muito rapidamente. Agora, passar incólume, sem falar o que está acontecendo em relação à decisão do Tribunal Regional

Federal da 4ª Região, pergunto a todos: será que o TRF-4 está localizado em Lisboa? Porque não é possível isso! Não há uma decisão desse Tribunal que seja a favor do Paraná.

Agora mesmo, veja essa decisão, mais de 32 anos, ou 32 anos que o Estado do Paraná tem um convênio com o Governo Federal em relação às rodovias federais, uma estrutura organizada da Polícia Rodoviária Estadual, reconhecidamente muito bem estruturada, entre o Ministério Público Federal com uma ação, a pedido da Polícia Rodoviária Federal, para poder transferir a guarda. Ou seja, o patrulhamento, o policiamento para a Polícia Rodoviária Federal.

Absolutamente, não tenho nada contra, muito pelo contrário, a Polícia Rodoviária Federal presta um serviço importante para o Estado do Paraná e outros Estados de Federação. Mas, ao mesmo tempo, fico me perguntando: por que o Ministério Público Federal não entra com uma ação judicial para poder fazer cumprir um dispositivo da Constituição, que é absolutamente incontroverso, que a Educação de 3º grau, ou seja, o ensino universitário, é responsabilidade de quem? Do Governo Federal. Quanto que o Paraná investe todo ano? Mas 1 bilhão, este ano será 1 bilhão e 600 milhões com ensino superior. Dinheiro que nos falta, muitas vezes, para fazer aquilo que é do Estado, educação básica, ensino fundamental.

E o interessante, que entrar com medida para poder de fato transferir as universidades estaduais para que o Governo Federal pudesse pagar a conta, isso ninguém faz. Agora, quando é para poder pegar as rodovias federais, que aliás grande parte delas estão privatizadas, ou seja, por conta de um convênio de delegação do Estado do Paraná, o Paraná fez uma licitação. Aliás, eu sempre questioneei a licitação. Mas transferiu para quem? Para as concessionárias de pedágio, as rodovias federais. E se fez isso por quê? Vamos reconhecer, até aprofundando um pouquinho isso. Por que, à época, foi feito o tal Anel de Integração? Porque, em verdade, o Governo Federal nunca nos tratou, nós paranaenses, o Estado do Paraná nos tratou de uma forma digna. A verdade é que as rodovias federais estavam completamente abandonadas. E do chamado Anel de Integração, dos 2 mil e 400, 2 mil e 500 quilômetros originais de estrada, sabe quanto, Deputado Marcelo Rangel, são Rodovias Federais? Cerca de 1 mil e 800 quilômetros.

Então, é muito interessante isso. O fato é o seguinte: transfere a responsabilidade da manutenção das rodovias federais para o povo paranaense, porque é o povo que paga o pedágio. Aí, para poder fazer a arrecadação de multas, não sei que tipo de interesse que por traz disso, honestamente, não consigo ter uma visibilidade completa do tema. Tira a Polícia Rodoviária Estadual, que é Polícia, que tem competência, que conhece o Estado, e dá apoio à Polícia Rodoviária Federal.

Queria que o Governo Federal, que o Ministério Público Federal passa-se a responsabilidade, a manutenção das rodovias federais para o Governo Federal. Que

rompesse o contrato, malfadado contrato, que tem entre o Estado do Paraná e as empreiteiras, que administram as concessionárias de pedágio, e o Governo Federal que fizesse os investimentos que têm que fazer, constitucionalmente, nas rodovias federais, como também tem que fazer no ensino superior.

O que me surpreende, Presidente Nelson Justus, nós perderemos uma luta quando o Paraná, na Constituinte de 1988, por falta de articulação política, perdemos de ter o TRF instalado aqui no Estado do Paraná. Porque, lamentavelmente, o TRF-4 está em Lisboa. Eu me sinto em relação ao TRF-4, como certamente sentiam-se os brasileiros que viram as decisões tomadas na corte ainda durante o reinado, que estamos tão distantes e que não se ouve efetivamente: “Olha, agora vamos acabar com isso. Vamos acabar com aquilo.” Cada hora sai uma decisão, que na minha avaliação, é extremamente complexa para a sociedade paranaense.

Olha, me desculpe, não é possível tratar um Estado com 10 milhões de habitantes, um Estado que tem uma estrutura como nós temos, da forma que vem sendo tratado. Eu, sinceramente, gostaria, ouvi as explicações da Polícia Rodoviária Federal, ela defende o interesse corporativo dela. Ou seja, ela entende que é titular do serviço de policiamento das rodovias federais. Entendo que ela está cuidando dos seus interesses.

Haverá agora uma mobilização, segundo ouvi hoje da imprensa, 300 policiais virão do Brasil inteiro para poder trabalhar nas rodovias do Paraná.

A impressão que eu tenho é que estamos sofrendo uma intervenção aqui, como se alguma coisa errada tivéssemos feito.

O mais estapafúrdio ainda, as multas que foram aplicadas ao longo desses 20 e tantos anos - eu não li o acórdão - mas diz que as multas que são ilegais têm que ser devolvidas, porque a Constituição de 1988 efetivamente extinguiu o convênio que havia sido feito entre o antigo DNER e o Estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Posiciono-me aqui no sentimento de dizer o seguinte: não é possível que nós, que temos um Estado organizado, que temos uma Polícia Rodoviária Estadual, que é exemplo para este País inteiro, organizada, com profissionais qualificados, que de repente não serve mais. Tira fora a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná. Vem 300 policiais federais para o Paraná, como se aqui tivéssemos cometido algum crime, como se o Estado do Paraná tivesse cometido um crime de lesa-pátria, como se tivéssemos violado os pressupostos daquilo que deve ser o Estado democrático de direito, como se não tivéssemos uma Polícia atuando. Penso que essa decisão é emblemática.

Diria até mais: eu, se fosse Governador do Paraná, não tenho dúvida, eu radicalizaria algumas posições. Por-

que se o Governo Federal quer as rodovias federais, tem que assumir também o ônus da manutenção das rodovias federais que estão privatizadas, e o povo paranaense fica pagando. Está na hora de denunciar unilateralmente? Claro. E quem vai decidir é o TRF-4. Espero que TRF da 4ª Região seja coerente.

Olha, se a Polícia Federal, que tem competência para poder cuidar das rodovias federais que cruzam o Paraná, também deve ser competência do Governo Federal fazer a manutenção dessas rodovias e sem pagamento de pedágio. Ou então se faça uma nova licitação, como aquela que foi feita recentemente, que reduziu o valor do pedágio para 20%, 15% do valor atual.

Acho que é hora do TRF-4 ser coerente, de poder, de fato, aplicar na justa medida o direito. Não me venham dizer aqui que são coisas diferentes, que não são. Porque são as rodovias federais. Se pode delegar a competência para o Estado do Paraná para poder fazer manutenção das rodovias, Deputado Marcelo, daí não pode para fiscalizar. Isso não pode, o Paraná não pode fiscalizar. É um desrespeito ao princípio federativo e, lamentavelmente, essa decisão foi tomada num Tribunal da Justiça Federal, que tem jurisdição sobre o nosso Estado. E nós paranaenses estamos perdendo, e muito, pela falta de ter um Tribunal Regional Federal aqui no Paraná.

O segundo grau da Justiça Federal tem que estar aqui no Paraná, e isso inclusive agilizaria muitos processos da esfera federal e teríamos Juízes, Desembargadores Federal paranaenses, que têm compromissos com o nosso Estado, que têm conhecimento da realidade política, econômica e social do nosso Estado, da competência administrativa que temos. É um descolamento da realidade. Vi essa decisão e estou, há dias, com isso engasgado. Sinto-me mesmo como alguém que mora na colônia.

Nós, Brasil Colônia, recebemos de Lisboa uma outra ordem injusta do Rei. É dessa forma que sinto-me, em relação à decisão do TRF-4, e eu se fosse Governador do Paraná, não tenho dúvidas, faria por decreto o rompimento unilateral, devolveria as estradas ao Governo Federal, e o TRF-4 não teria como não convalidar os meus atos. O Governo Federal que faça a manutenção das rodovias, porque é responsabilidade dele, como é também do ensino de 3º grau. Não é possível, nós somos um Estado que proporcionalmente mais investe no ensino universitário federal, por quê? Porque o Governo Federal não faz a parte dele.

Quero dizer que subi à tribuna para manifestar a minha indignação, e quero, ao mesmo tempo, publicamente reconhecer a competência da Polícia Rodoviária Estadual, o Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, seu Comandante e de todos os Oficiais, Praças que integram essa corporação. Continuarão eles nas rodovias estaduais, vamos reforçar o policiamento nas rodovias do nosso Estado. Mas não tenham dúvidas, vamos ver o abandono das rodovias que estávamos acostumados a ver bem patrulhadas. Vamos sentir saudades.

Basta ver a temporada de praias, temporada de verão, o que é que assistimos? A Polícia Rodoviária Federal está ali, com um veículo, dois, pouquíssimos policiais, quase nenhum policial, porque não tem policiamento, não tem viaturas. Em compensação, vemos a Polícia Rodoviária Estadual nos pequenos trechos de rodovia estadual, vemos um trabalho efetivo da nossa Polícia Rodoviária.

Essa é a diferença. Nossa região do Norte Pioneiro, aquela região que é fronteira, é rota do tráfico de drogas. O problema é que a Polícia Rodoviária Estadual tem sido um dique de contenção. Nós vamos ficar mais vulneráveis do que já estamos, por conta de que justamente nessa região é que estão os maiores números de rodovias federais, que têm Polícia Rodoviária Estadual.

Espero que o nosso Diretor da Polícia Federal, ele que foi Superintendente Paranaense, possa, de fato, fazer um policiamento intenso, que mobilize mesmo, que coloque essa estrutura aqui no Paraná, porque senão vamos ficar completamente vulneráveis.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Só para dizer duas coisas. Não sei se V. Exa. já abordou o fato de que já se discute a possibilidade daqueles infratores que tiveram suas multas lavradas pela Polícia Rodoviária Estadual ingressarem na Justiça, solicitando o ressarcimento de suas multas, com juros e correção monetária, em função desta declaração. Me parece que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região não previu esta possibilidade, ou seja, é daqui para frente. E estes 3 mil e 400 quilômetros de rodovias que estão sendo restituídas à União, para patrulhamento da Polícia Federal Rodoviária, efetivamente causarão um transtorno muito grande.

Uma outra questão que acho bastante pertinente é o fato de que teremos, agora com esta nova distribuição, algumas Cidades que serão sede de batalhões ou de escritórios. E isto não está ficando claro. Londrina, por exemplo, é uma Cidade que está pleiteando - e se as coisas forem desta maneira - de fato que ali seja sediada uma base da Polícia Rodoviária Federal. Eu sei que Maringá também, da mesma forma. E assim, outras. Isto não está ficando claro e é uma questão que nos diz respeito, diretamente. Porque sem dúvida nenhuma, a ausência de patrulhamento ou a redução, como V. Exa. bem disse, é um problema que vai acarretar danos imediatos. Isto não vai esperar.

Acho oportuna sua abordagem. Sem dúvida nenhuma espero que o Governo do Estado e o Governo Federal, conjuntamente com a Assembleia Legislativa, possam tratar desta questão com mais seriedade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado. Quero só lamentar esses fatos. Dizer que penso que o relacionamento com a Polícia Rodoviária Federal é muito bom. Mas, penso que

esta questão do pacto federativo, da falta de respeito com que temos sido tratados pelo Governo Federal, sinceramente, é tema de reflexão para todos nós.

Um tema igual a este, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, a quem está subordinada a Polícia Rodoviária Federal, não é desta forma que se trata um tema destes. É uma falta de respeito para com o Estado do Paraná. Eu fico pensando, a Polícia Federal tem pouca gente. Lamentavelmente poucos concursos foram feitos. Um concurso foi feito há um tempo atrás e gerou toda uma controvérsia. Aliás, naquele concurso, alguns paranaenses foram aprovados. E por óbvio, que a Polícia Rodoviária Federal transfira para o Paraná os paranaenses. Imaginem trazer um policial lá de Goiás, do Mato Grosso, do Norte, enfim, de Minas Gerais, para vir trabalhar no Paraná. Como é que ele virá aqui, recebendo diárias, sem a família?

Sinceramente sinto como uma invasão que está acontecendo no Paraná, por conta desta decisão. Honestamente, não sei como é que o Governo fez para recorrer da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Não sei nem se recolheu, para ser bem sincero. Vou até me informar sobre isso.

Mas, não é possível. O tema tinha que ser tratado com uma responsabilidade muito grande. Penso que o STJ é uma instância importante que pode decidir este tema. A decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região não é definitiva. Não sei a posição do Governo. Honestamente. Mas, pessoalmente, estou perplexo com esta decisão. Acho que ela faz parte de um conjunto de decisões que têm sido extremamente desfavoráveis em relação ao Estado do Paraná. Temos perdido muito na nossa relação com o Governo Federal. Agora, vamos perder inclusive a competência da nossa Polícia Rodoviária Estadual, de fazer aquilo que ela sabe fazer bem feito em relação às nossas rodovias.

Enfim, a decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e uma decisão judicial tem que ser respeitada, tem que ser acatada, muito embora se não concordamos, podemos recorrer dela, que é o que penso que deveria ser feito.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Como V. Exa. está tratando bem dessa matéria, apenas para perguntar se V. Exa. tem informação se houve esse tipo de procedimento no outros 26 Estados da Federação, ou é apenas o Paraná que está sendo brindado por isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Procurei uma informação nesse sentido e não encontrei nenhuma notícia que ação igual a essa tenha sido proposta em outra Unidade da Federação. Honestamente não sei. Pesquisei, única e exclusivamente na internet, e lá não tem nada. Então, não sei se é só uma decisão em relação ao Estado do Paraná. E até é interes-

sante, porque o órgão executivo de trânsito no Estado do Paraná, em relação às rodovias estaduais, é o DER, tanto que a Polícia Rodoviária Estadual tem que fazer convênio com o DER.

Quando o Governo Federal transferiu a delegação da competência da gestão das rodovias para o Estado do Paraná, o órgão executivo de trânsito é o DER em relação a essas rodovias, e o interessante é que há uma ruptura em relação a esse tema. Então, por que não se transfere de volta a manutenção, a conservação, a duplicação, os trevos e acessos que são necessários ao Governo Federal? Por que somos tratados, o Paraná, como o patinho feio da Federação? Nós não somos a 6ª economia do País? Não temos a importância política que acreditamos ter?

Sinceramente, da forma como estamos sendo tratados pelo Governo Federal, sou levado a concluir que não. O Paraná não está sendo tratado com o respeito que este povo merece, seja pela decisão do TRF da 4ª Região, que é uma decisão judicial, mas essa decisão é fruto de uma representação feita pela Polícia Rodoviária Federal, que é órgão do Governo Federal, que obviamente tem alguém que manda em tudo isso, porque sabemos que essas coisas não acontecem por acaso, mas fazem parte de um processo encadeado.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e Deputado Cheida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e público presente.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna na tarde de hoje para fazer um esclarecimento sobre uma matéria da Gazeta do Povo. Só tenho ouvido coisas boas do Dr. Francisco Cunha Pereira, que pautou a sua vida como um profissional dos meios de comunicação, pela veracidade dos fatos, e tenho observado também que seus herdeiros, os seus filhos também têm herdado essa filosofia.

Mas, quero aqui esclarecer a matéria de quando fui entrevistado pela jornalista que eu gostaria de chamar a atenção, a Kátia Chagas, quando eu disse o seguinte: serão apresentadas emendas para melhorar a operacionalidade do projeto. Quando o Município emitir o carnê do IPTU o consumidor terá a opção de assinar um documento dizendo se aceita a cobrança junto com a conta de água. É um sistema democrático que estamos propondo. Disse Chico Noroeste. Assim escreveu a jornalista Kátia. A quem eu quero dizer que goza de um bom conceito entre todos os Deputados. Eu pessoalmente quero dizer a ela que tem esse bom conceito da minha parte, e que há muito tempo vejo o seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa, e até agora não tinha visto sequer nenhuma matéria, notícia que não fosse verdade. Mas a matéria

escrita, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, virou disso que eu falei, para o seguinte: *Deputado recua e libera Lixo na conta de água. Chico Noroeste, que tinha proposto fim da prática, cedeu à pressão da SANEPAR e voltou atrás.*

Gostaria de dizer para os Srs. Deputados apenas que há, sim, o joio e o trigo, Deputado Jonas, o senhor sabe muito bem do que eu estou falando, os Srs. Deputados sabem muito bem que há o bom e o ruim em todos os segmentos. Existe sim o bom médico, o mau médico; o bom advogado, o mau advogado; existe sim o bom profissional da imprensa e o mau profissional da imprensa também. Mas aqui eu quero dizer que eu acredito que nada passou de um equívoco das pessoas que escreveram a matéria, e aqui portanto estou para fazer esse esclarecimento, e dizer que eu não recuei. O Presidente Nelson Justus sabe disso, os Srs. Deputados sabem disso, que eu não recuei e não recuarei nenhum milímetro com relação a essa matéria.

Inclusive quero falar aqui sobre o nosso projeto, o conteúdo do projeto, que no seu artigo 1º, uma emenda que fiz, inclusive avançando, melhorando o projeto, diz: *Fica a SANEPAR proibida de cobrar taxas municipais e outros serviços na fatura de água e esgoto que não foram, formalmente, antecipadamente autorizado pelos consumidores.* Esta é a essência do nosso projeto, este é o fundamental do nosso projeto. Inclusive melhoramos o nosso projeto em defesa da população, em defesa dos consumidores.

Agora, sabemos que o Governador Roberto Requião quer avançar mais ainda, quer proibir a SANEPAR de cobrar qualquer taxa municipal na fatura de água. Eu comungo disso e tem também o meu apoio neste Parlamento. Porque como disse aqui o Deputado Romanelli, a SANEPAR não é cartório de protesto, não é cobradora de imposto, não é fiscal. A SANEPAR tem a sua função essencial, que é levar a água e esgoto tratado às casas das famílias paranaenses. Não é ser cobradora de taxas municipais. E o pior, os Municípios cobram daqueles que pagam à vista e depois passam para a SANEPAR cobrar os demais.

E aqui o nosso protesto, porque muitas vezes, ali estão as pessoas enquadradas em programas sociais. A Tarifa Social, a SANEPAR só pode cobrar R\$ 5 das pessoas, e quando tem esgoto mais R\$ 2,50. Cobram daquelas que estão enquadradas no Luz Fraterna e também programas do Governo Federal. Daí vem a SANEPAR, através do seu Diretor Natálio Stica, defender um termo denominado Termo de Ajuste de Conduta. Tenho a convicção que o promotor que fez aquela minuta, nada mais fez do que endossar, concordar com uma prática que já vinha sendo praticada pela SANEPAR. Ou seja, quando as Câmaras de Vereadores autorizam a celebração do convênio, já existia que os consumidores, a qualquer tempo, poderiam pedir a exclusão. E depois se estabeleceu uma tal de aceitação de autorização tácita.

Nada mudou! Os Municípios emitem as cobranças para todo mundo e não há oportunidade de os consumi-

dores dizerem que querem, ou assinar de próprio punho dizendo que aceitam a cobrança. Conforme esse termo de ajuste, as famílias paranaenses podem dizer apenas que não querem. E é isso que não concordo! A SANEPAR terá que prosseguir na sua função essencial, fundamental, principal, que é levar água aos cidadãos, e nada poderá obstruir, dificultar a água e o esgoto tratado chegar até a casa dos cidadãos.

Fico imaginando aqui o cidadão que está enquadrado na Tarifa Social, pagando apenas R\$ 5,00. Daí, surpreendentemente, recebe uma fatura de água majorada, aumentada, às vezes em R\$ 10, R\$ 15. Eu penso: uma pessoa desempregada, uma pessoa com seus filhos, com dificuldades de ir ao mercado comprar o orçamento doméstico, pagar os R\$ 5, pagar a fatura de energia elétrica. Imagine o desespero de uma família dessas! Às vezes, terão que dispor de alguma coisa para pagar aquela fatura onerada, aumentada, porque a água não pode faltar na casa dos cidadãos.

Quero dizer que o nosso projeto prossegue. Ontem, protocolei um pedido de urgência, mas, sabendo de um acordo de líderes e atendendo um apelo do Deputado Nelson Justus de que, na sequência, estaremos sentando para discutir, ele se comprometeu de que isso acontecerá, em breve, para que este projeto volte aqui. Recuar jamais! Vamos acatar aqui o que defende o Governador Roberto Requião: proibir a SANEPAR de cobrar taxas municipais. A SANEPAR terá que prosseguir e terá que fazer o bom trabalho que vem fazendo, levando água a todos os paranaenses, inclusive na minha Cidade, em que 99% das famílias de Foz do Iguaçu têm, hoje, água tratada, água de qualidade. Depois de serem feitos os investimentos que estão previstos, a população de Foz do Iguaçu será atendida com aproximadamente 72% de esgoto coletado e tratado, o que vai proporcionar melhores condições de vida para o povo paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a pedido do Deputado Elio Rusch, a presença do Presidente da Câmara de Guaíra, Guilherme Vanin, e dos Vereadores Beto da Silva e João Carlos. Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Grande Expediente:

Passa-se ao Grande Expediente. Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV SINAL.

Sr. Presidente, aquilo que falamos, ontem, sobre a questão do não cumprimento do Regimento desta Casa, se confirmou hoje, ao abriremos os jornais do Paraná, ao abriremos os sites, ao ligarmos os rádios e ouvirmos os muitos pronunciamentos que foram feitos. Vou dar um exemplo de Ponta Grossa, onde um radialista usou do termo: “quem votou contra as emendas não teve o devido respeito com o povo e cravou uma peixeira nas costas dos servidores!” Isso foi dito por um radialista, numa estação de rádio em Ponta Grossa, onde esses radialistas e alguns comentaristas dizem que nós votamos contra o servidor, o que não é verdade.

Por isso, Sr. Presidente, eu, na segunda-feira, estarei protocolando nesta Casa, para acabarmos definitivamente com essa confusão, um pedido de quebra de decoro parlamentar.

Regimento Interno, artigo 237, estabelece que: *É dever fundamental dos Deputados, no exercício do mandato, atender as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética Parlamentar, sujeitando os seus procedimentos disciplinares, neles previstos e ao contido nos artigos 73 e 74, desse Regimento e nos artigos dispostos nos artigos seguintes. Artigo 283: São deveres dos Srs. Deputados Zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo.*

Constituição Estadual, reserva de prerrogativa, artigo 68: *Não é admitido aumento de despesa prevista, nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas do projeto, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.* O artigo 63 da Constituição Estadual repete o mesmo texto da Constituição Federal.

Dessa forma, Sr. Presidente, os Parlamentares que propuseram as emendas, descumpriram os artigos 237 e 238 do Regimento Interno, pois não respeitaram os preceitos contidos na Constituição Estadual. O pedido de quebra de decoro será por meio de uma representação, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, denunciando os Parlamentares pelo descumprimento de seus deveres fundamentais, estabelecidos nos artigos 237 do Regimento Interno e 238 também do Regimento. E mais, descumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela não compete a nós, Deputados, termos condições de fazer qualquer tipo de busca desses documentos. Quem tem que apresentar é o Poder Executivo.

A atitude, através da TV SINAL e da repercussão dada, hoje nos jornais e nas principais rádios deste Paraná, demonstram que a atitude dessas emendas políticas, demagógicas e mentirosas para enganar o servidor, colocaram em ridículo a Assembleia Legislativa do Paraná, porque não se cumpriu o preceito da legalidade.

Por isso, eu, como Deputado, protocolo na segunda-feira. Compete à Mesa Executiva e está na hora de V. Exa. falar na transparência, que estamos mudando. Temos que cumprir as leis e a transparência total, como

V. Exa. está fazendo, com painel e televisão. V. Exa. tem mudado e sofrido muitas vezes, porque está implantando algo que nunca foi feito nesta Assembleia. Mas temos que parar com esse jeitinho, que envergonha a todos nós.

Hoje, eu precisei ouvir que votei contra os servidores. Eu não fiz isso. Votei a favor deles, em 6% de aumento. Porque não posso fazer e votar nas emendas, porque a Constituição não me permite votá-las.

Por isso, Sr. Presidente, é importante que todos aqueles que assinaram as emendas respondam, agora, pelo que fizeram. A Casa tem a sua Comissão de Decoro Parlamentar, porque entendo que quando assumimos aqui na Assembleia, prometemos manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná, observamos as leis, desempenhando lealmente o mandato que nos foi confiado pelo povo paranaense e promovermos o bem-estar do nosso Estado.

Então, no momento em que prometo isso: cumprir a Constituição do Estado, tenho que cumpri-la. E se ela diz que não posso apresentar emendas e as emendas colocam em ridículo alguns Deputados aqui, porque a imprensa coloca de uma forma que os Deputados que não votaram as emendas traíram o servidor, não é verdade. Votei a favor do servidor, votei os 6%. Não compete a este Poder mexer nesse orçamento. Essas emendas são demagógicas, não poderiam ser colocadas neste Parlamento.

E mais, Sr. Presidente, ontem no final da Sessão, fiz duas questões de ordem durante a votação e não fui ouvido, protocolei na hora certa. No final, algumas pessoas me falaram que eu estava certo. Não sou contra criticar o Governo, que não quis dar o aumento. Acho que isso cabia. Qualquer Deputado poderia subir lá e dizer ao Governador: “Só 6%?” O Deputado podia detonar o Governador. Podia, devia. Não há nenhum impedimento nisso. Agora, o Deputado não podia propor uma medida que é inconstitucional e que ele sabe quando assume. Está na Constituição do Estado do Paraná, que ele jura.

Senhores servidores desta Casa, quero falar com vocês, servidores da Assembleia que estão me ouvindo nos gabinetes, nos corredores: quando foi votado o aumento de vocês, na semana passada, alguém ousou fazer alguma emenda? Alguém da oposição fez alguma emenda? Alguém fez alguma emenda de 15% para vocês, funcionários desta Casa? ou vocês são diferentes dos funcionários públicos do Estado do Paraná? Os Deputados que estão aqui, que apresentaram as emendas ontem, para vocês não propuseram nada. Por quê? Não tinham interesse, porque teria que enfrentar o Presidente. E eles sabem que o Presidente não pode dar o aumento. Fizeram emendas? Mas por que não fizeram? Fizeram contra quem? Contra o Governo.

Agora, o que estou questionando aqui é só questão da legalidade. Sr. Presidente, não quero que o senhor casse o mandato de ninguém. Fala em decoro, tem gente que treme. Não, não. Não é isso! Não vim aqui pedir para cassar ninguém. Não sou Juiz. Estou pedindo aqui, base-

ado no decoro parlamentar, e V. Exa., de acordo com o artigo 243, dê uma advertência aos Deputados. Isto V. Exa. pode e o Conselho pode. Isso está escrito aqui. Está previsto na Constituição. Eu não quero que casse o mandato de ninguém. Pode ficar tranquilo. Não sou tão ruim assim. Eu não quero que ninguém vá para casa. Já sabemos agora que o Deputado Carlos Simões perdeu o mandato.

Então, ninguém quer que ninguém vá embora. Eu só quero que seja respeitado o princípio da legalidade. Quanto a essa estação de rádio, e as outras que fizeram isto, que disseram que eu cravei uma faca nas costas do servidor, não tenha dúvida que vão ser responsabilizados. Fora daqui, Sr. Presidente, quem fez isso vai ser responsável!

Quem disse, olha, teve uma rádio que disse: “Nós vamos publicar aqui na porta da rádio o nome de quem votou contra os servidores”. Sr. Presidente, eu até quero anexar, se V. Exa. me permitir depois, quero anexar aqui, eu tenho o CD da gravação de hoje, do que foi falado lá nessa rádio de Ponta Grossa, que nós apunhalamos os servidores, que votamos contra. Eu não votei contra o servidor, em momento nenhum! Alguém vai dizer: “Politicamente errado”. Não é errado, tem que ser sincero, eu estou cansado de ouvir demagogia aqui, de ouvir pessoas fazerem emendas contra o Governo, por questões partidárias e políticas, e não vi fazer a favor dos servidores da Assembleia. Vocês aqui que estão me assistindo na Assembleia, vocês não são ninguém aqui diante dos caras da Oposição, vocês não aparecem, vocês que sofrem aqui, que cuidam da Assembleia, vocês não são ninguém, funcionários da Assembleia, diante desses mesmos que fizeram emendas contra o aumento, vocês não existem, funcionários da Assembleia, porque ninguém lembrou de vocês, ninguém lembra de vocês. Vocês têm que fazer a política, bater lá no Governo.

Então, queria deixar este registro, Sr. Presidente. Não sei se estou errado, só quero que as coisas ocorram de acordo como determina a lei.

E eu ontem fiquei muito triste, não vou mais chamar de jurista, a partir de hoje, Sr. Presidente, caiu o meu conceito de jurista com o Deputado Durval Amaral. Sinceramente, não posso mais chamar de jurista. Eu tinha com o maior carinho, caiu, quando ele disse lá da tribuna que ele votaria pela inconstitucionalidade se tivesse empate, mas que pelo mérito ele votaria a favor dos servidores. Se é inconstitucional, não tem mérito! Qualquer criança, até minha neta que nasceu há três dias é capaz de saber disso já.

Então, eu termino, Sr. Presidente, para não me exceder, pedindo a V. Exa. estamos vivendo uma nova era, vida nova, não vamos olhar pelo retrovisor, para trás, como diz o pessoal da Oposição, vamos olhar para frente, como V. Exa. está olhando, bonito, para frente, prestando contas, cobrando dos Srs. Deputados, mudando, painel eletrônico, televisão, tudo que pedem está sendo feito aqui. Vamos fazer isto no Plenário também, vamos come-

çar a fazer no Plenário, porque daí aquela sacanagem de fazer emenda que não pode. Temos que assumir a posição. Agora, o que não dá é você receber o que recebemos agora: emendas inconstitucionais, votadas e que acabamos sendo responsabilizados por algo que não devemos.

Por isso, Sr. Presidente, com todo respeito que tenho a todos, este é o meu pronunciamento e espero que ele tenha efeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna na Sessão de hoje e que vamos discorrer depois: o terceiro mandato para o Executivo é um dos assuntos, e outro assunto é relacionado à declaração e afirmação do Governador do Estado na “escolinha”, ontem de manhã, em relação ao nosso Senador Osmar Dias, Deputado Lupion e também o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes.

Mas, antes disso, gostaria de deixar claro, principalmente aqui na Casa, qual foi a intenção dos Deputados de oposição, e acredito que de uma grande parte dos Deputados aqui desta Casa, quando apresentaram emendas ao projeto que foi votado ontem em relação ao aumento dos salários dos funcionários públicos do Paraná. Uma das nossas emendas visava que nenhum funcionário poderia receber menos no salário básico regional do que o salário-mínimo regional. Gostaria de deixar para as pessoas, para os Deputados, para verem se essas emendas foram tiradas das nuvens, dos ares, daonde.

Não estive aqui na Assembleia em 1989, quando o Deputado Caíto Quintana era relator desta Constituição do Paraná. Não fui eu que escrevi, mas sou Deputado, devo cumprir a Constituição, como todos nós devemos cumpri-la. Mas principalmente o Executivo. Só quero ler um artigo para os Srs. Deputados, artigo 45, capítulo 3, dos militares estaduais. O que diz o artigo 45 da Constituição? Diz o seguinte: *São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo Bombeiros Militar. Parágrafo 12. São direitos do militar estadual. Inciso II. Soldo da classe inicial do Soldado nunca inferior ao salário-mínimo fixado em lei, assegurando-se a diferenciação decorrente do escalonamento hierárquico.*

Isso diz na Constituição.

Uma das emendas que apresentamos ontem era para cumprir a Constituição. Não quero polemizar com ninguém, longe disso. Mas deixo para você que está em Casa assistindo agora: se estamos pedindo o cumprimento da Constituição, isso é demagogia? Isso é covardia? Isso é picaretagem? Não, é um alerta que estamos fazendo ao Executivo. Poderíamos detalhar e falar de

emenda por emenda, mas vamos cansá-los, já falamos ontem. Cada um vota de acordo com a sua consciência. Eu devo votar de acordo com a minha consciência. Ninguém chegou aqui por acaso, dos 54 Deputados, seja da Oposição ou do Governo. Aliás, sempre tenho defendido desta tribuna a liberdade de expressão e respeito à opinião.

Todas as entrevistas que dei ontem, eu disse que a maioria vota. E perguntaram: “O que vocês vão fazer, que as emendas foram rejeitadas?” Nada. O que nós vamos fazer? O Parlamento já diz, falar, discutir, votar. E o regime democrático só se fortalece quando o Parlamento é forte. O regime totalitário interessa enfraquecer o Parlamento. Quanto mais enfraquecido estiver o Parlamento, mais fortalecido estará quem estiver no Executivo, com a sua mente voltada para o totalitarismo. Essa é a verdade, assim entendemos a democracia.

Respeito o resultado do voto. O Governador, eu vi aqui na tribuna logo após a eleição, ganhou a eleição por 10 mil votos. Se ele ganhar por 10 mil, 1 milhão, 2 milhões, ele ganhou a eleição é o Governador. Quem está aqui na Assembleia, os 54 Deputados, ninguém chegou por acaso, como diz. Cada um chegou com os seus votos e com o seu trabalho. E aqui não tem nenhum bobinho não. Cada um sabe o que faz, respeito a posição de cada um. Divergimos, sim, ideologicamente, não concordamos com certas atitudes, e não concordamos, muitas vezes, com projetos apresentados.

Podia citar alguns, que logo no início do mandato do Governador Roberto Requião, votamos aqui na Assembleia a encampação do pedágio. Falamos naquela ocasião: pode o Governador encampar? Claro, e votamos a favor. Mas existe o direito democrático que tem que ser respeitado, a legislação. O Governo pode encampar? Pode. Indeniza as empresas e encampa o pedágio. Nós alertamos, mas votamos. Ela foi, na prática, à lei? Não foi. Mesmo assim eu não disse que era uma lei demagógica.

Votamos a Lei dos Transgênicos. Falamos que os transgênicos estavam sendo regulamentados pelo Governo Federal, que era uma lei inócua. Entramos na Justiça e derrubamos. Mesmo assim respeitamos a opinião dos Srs. Deputados, respeitamos o voto de cada um. Não ofendemos nenhum Deputado moralmente. Nunca fizemos.

Quando votamos, mais recentemente agora, Presidente Nelson Justus, a transformação dos cargos em comissão do Governo do Estado, o Deputado Ademar Traiano, nós falamos que não poderia ser votada essa lei. Porque a Constituição diz que tem que ser lei específica. Mas a maioria votou e nós respeitamos, Srs. Deputados. Entramos na Justiça. Derrubamos a lei na Justiça. Como derrubamos a lei dos transgênicos na Justiça. Mesmo assim, respeitamos cada Deputado. Não faltamos com decoro Parlamentar em momento nenhum. Divergimos, alertamos, sim, é a nossa obrigação.

Nós, como Parlamento, temos o dever e a responsabilidade, não só aqui na Assembleia, em qualquer Par-

lamento. Tem três Vereadores da Câmara Municipal de Guaíra, está aqui o Presidente da Câmara com dois Vereadores de partidos distintos, partidos diferentes. Qual é a função do Vereador na Câmara Municipal? É fiscalizar os atos do Executivo. Qual é a nossa função? Fiscalizar os atos do Executivo.

Quem tem a glória do poder, que é a Bancada do Governo, tem o dever de levar para os seus Municípios as obras e os benefícios do programa do Governo. O que cabe à Oposição, responsável e fiscalizadora, é fazer isso que estamos fazendo no momento: alertar a população, dizer à população que o Governo do Estado instituiu e criou o salário-mínimo e determinou que tem que pagar 15% de aumento para o setor privado e não para o funcionário do Governo do Estado. Dizíamos, e continuamos falando, que para os seus funcionários o Governo deu apenas 6%.

Então, deixe para a população interpretar. A Assembleia Legislativa fez o seu papel, trouxe os dois projetos, para votar, e os dois foram votados. A maioria votou, quem ganhou, vibrou. Quem perdeu, esperneou.

Aliás, essa é a palavra do nosso sempre Aníbal Khury: “A maioria vota e a minoria esperneia.”

Foi isso que aconteceu, mas com respeito, com dignidade. É dessa forma que quero debater com os Deputados, mas no campo ideológico, no campo político e no campo administrativo, mas nunca no campo pessoal.

No campo pessoal, se tenho coisa contra qualquer Parlamentar, eu vou conversar pessoalmente com ele. Não vou trazer aqui na tribuna a diferença pessoal que eu tenho com qualquer pessoa.

Sr. Presidente, o que me trouxe à tribuna hoje, são dois assuntos que eu disse. O Governador do Estado do Paraná, ontem, acredito que foi muito infeliz. Eu não assisti - nunca assisti e espero nunca assistir a “escolinha”, nas terças-feiras - mas fui informado aqui da Capital: O Estado do Paraná, a Gazeta do Povo, enfim, todos os jornais, jornais do interior, as rádios, têm noticiado que o Governador, ontem, lamentavelmente, disse que o Senador Osmar Dias, que o Deputado Abelardo Lupion, que o Ministério da Agricultura Reinhold Stephanes - a quem respeito e é do PMDB, mas é meu amigo pessoal, sei que o Presidente da República fez uma grande escolha quando escolheu o Deputado Reinhold Stephanes, hoje Ministro, que faz um excelente trabalho, porque conhece a agricultura do nosso Estado - eles foram chamados ontem pelo Governador do Estado do Paraná como os “predadores da natureza”. O Governador do Estado do Paraná, conforme a imprensa hoje tem noticiado, disse que o Governador convidou os três para debater com ele na “escolinha” dele, para discutir a história da derrubada do último pé de pau no Paraná.

Minha gente, meus Deputados, caros colegas. Tenho participado de diversas reuniões sobre o Código Florestal Brasileiro, tenho discutido, debatido na TV SINAL, tenho participado em Brasília na CNA, tenho participado em encontros promovidos pela FAEP, quando

se discutiu com racionalidade a questão da reforma do Código Florestal Brasileiro.

Mas em momento nenhum se falou sobre o radicalismo, em momento nenhum se falou de derrubar essas árvores que existem no Estado do Paraná. Pelo contrário, todos os agricultores do Estado do Paraná estão conscientes e sabem que é necessário manter a preservação do meio ambiente. Nós não podemos inviabilizar a atividade econômica do pequeno e mini agricultor no Estado do Paraná, nem no Brasil. Não é possível que os radicais, aqueles que defendem com radicalismo a conservação do meio ambiente, eu também defendo, todos nós defendemos, como é que vamos fazer com que o pequeno agricultor, que tem cinco hectares de terra, tem uma nascente na sua propriedade, ele tenha que preservar essa nascente? A mata ciliar tem que ser preservada, sim, em 20%. Você inviabiliza, toca, espanta o pequeno agricultor do meio rural e manda para a Cidade. E o que é que acontece? Formam-se os bolsões nos grandes centros. Você joga esse pequeno produtor, que tem uma propriedade de terra, embaixo de uma lona preta, para ser um sem-terra, para engrossar o MST, invadir as terras depois.

Não é isso que queremos. Nós queremos uma reforma do Código Florestal Brasileiro com racionalidade. É isso que propomos, é isso que os agricultores, as cooperativas, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná quer.

Não podemos taxar jamais as pessoas que querem a reforma do Código Florestal Brasileiro, como é o caso do Ministro da Agricultura, como é o caso do Senador Osmar Dias, o caso do Deputado Abelardo Lupion e tantos outros Deputados do Estado do Paraná, de “depredadores da natureza”.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Escutei o Governador Roberto Requião falar na ‘escolinha’ a respeito do Código Florestal Brasileiro. Acho que eu posso debater com ele, porque, ou ele não entende do assunto, ou é demagogo, ou pior, está mal intencionado. O agricultor do Paraná vai ser muito prejudicado. Ninguém é mais ambientalista do que eu, só que tem que haver um bom senso na aplicação dessas regras, elas têm que ser mudadas.

O Brasil fomentou a plantação na várzea, o paranaense fez isso. Hoje, onde fica Witmarsun, onde fica Castro, a nossa Batavo, eram várzeas, seriam extintas por esse projeto. Não se pode mais plantar em encosta de morro, tem que haver um bom senso nesse projeto. Não precisa vir o Ministro debater com o Governador Requião. Pelo nível de conhecimento dele, sei muito mais do que ele e posso debater.

Muito obrigado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

O tema que V. Exa traz à tribuna, claro que é um dos mais relevantes. Eu também concordo com as palavras de V. Exa. sobre a proteção do meio ambiente, e não

o exagero de muitos segmentos ambientalistas do Paraná e do Brasil. Há muitos exageros e coloca quem produz, os agricultores, numa saia justa, e é preciso que isto acabe.

Ontem também vi as palavras do Governador sobre este tema. Referiu-se ao Ministro Reinhold Stephanes, ao Senador Osmar Dias e ao Deputado Abelardo Lupion. E os convidou para um debate na “escolinha” do Governo. Mas, em nenhum momento ele maltratou. Disse que tem muitos predadores no Estado. Mas, não fez esta menção ao Ministro. Inclusive elogiou o Ministro da Agricultura, pela sua competência. Mas, a imprensa já coloca os fatos distorcidos. V. Exa. sabe a encrenca, a briga entre grandes setores da imprensa no Paraná e o Governador.

Queria só retificar que não houve nenhum insulto do Governador à essas três pessoas respeitadíssimas as quais V. Exa. se referiu: o Senador, o Ministro e o Deputado Abelardo Lupion. Por outro lado, concordo plenamente que é preciso que se acompanhe isto de perto, e não podemos deixar que alguns segmentos da sociedade acabem, daqui a pouco, empurrando os pequenos para o caminho dos sem-terra por aí afora.

Muito obrigado.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria de dizer que este tema merece uma atenção especial. Falo pela Comissão da Agricultura, represento-a na Assembleia Legislativa, e estamos realizando várias Audiências Públicas para este debate, que é a questão do Código Florestal. Sabemos que o debate, o que vem hoje nas Audiências Públicas, não tem ido muito ao encontro do que precisa ser modificado no Código Florestal. Porque tem a preocupação dos agricultores, por parte da sociedade em geral, que não é a mudança do Código que vai resolver este problema. Mas, sim, precisamos discutir o cuidado com o meio ambiente. E este cuidado está no campo e na Cidade. Não podem ser só os agricultores a pagar esta conta.

O que eu vejo neste momento, o mais apropriado, e gostaria de endossar suas palavras também, Deputado Elio Rusch, é que precisamos encontrar uma saída. Mas, no meu entender, a saída não está na mudança do Código Florestal. Está, sim, em discutir como podemos compensar os agricultores, que hoje estão fazendo esta prestação de serviço e cuidando do nosso meio ambiente. Acho que é este o debate que temos que aprofundar, não a mudança do Código, porque já estamos sentindo o resultado de hoje: Estarmos explorando demais o nosso meio ambiente.

É uma discussão que merece uma atenção especial. E nós Parlamentares, precisamos realmente dar esta atenção, participar dos debates. Gostaria, desde já, de deixar um convite a todos os Parlamentares, para que participem das Audiências que estamos realizando, até para sentir um pouco a preocupação que têm os agricultores com relação a isto.

Muito obrigada.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Até para não comprometer muito o seu discurso, deveríamos fazer uma pergunta: quem defende a legalização da maconha, nos plantios de maconha - uma vez que a maconha será legalizada - nós teremos que deixar a reserva legal também?

O Sr. Luiz Nishimori (PSDB)

Também queria me somar à fala de V. Exa.

A questão do meio ambiente é muito importante, e a respeito da mata ciliar eu sou contra, pois temos que ter mais matas, rios limpos e córregos. Essas coisas são muito importantes.

Portanto, a questão da reserva legal temos que rever, porque não é só a agricultura que pode pagar essa questão de 20%, e hoje os agricultores não usam mais inseticidas como o DDT, BHC ou outros inseticidas, mas estão usando inseticidas mais modernos e sempre estão colaborando com a questão do meio ambiente.

Então, quero parabenizá-lo pelo assunto, que o senhor entende muito bem. Queria somar com o senhor e fazer um Código Florestal daqui do Paraná, decente, para ajudar e apoiar os nossos agricultores.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço a todos os Deputados.

Esse assunto é palpitante e que todos nós, políticos, temos que nos envolver, essa questão do Código Florestal. Se a sociedade não se envolver, vamos acabar com a agricultura do nosso Estado, principalmente da minha Região Oeste, onde a grande maioria é de pequenos e miniagricultores, que são os grandes prejudicados com o Código Florestal Brasileiro.

E quero falar sobre um outro assunto, aquilo que a grande mídia está noticiando no dia de hoje, sendo na televisão ou nos jornais, todo mundo noticiando um possível 3º mandato do Lula, do Presidente da República. Ora, no momento em que a sociedade discute de se acabar com a reeleição no Executivo, no momento em que a sociedade inteira discute hoje a mudança na legislação eleitoral, o que precisamos fazer? Falar e concordar com o Deputado do Espírito Santo, o Jackson Barreto, que já colheu assinaturas suficientes para apresentar a PEC para instituir e dar legitimidade para o 3º turno no Brasil para Presidente da República.

Olha, seja coincidência ou não, mas vejam o que diz uma das notícias que pegamos em um dos sites: *Jackson Barreto recolheu 171 assinaturas que viabilizam a apresentação da Proposta da Emenda Constitucional*. Por coincidência ou não, são 171 assinaturas, e o que diz o artigo 171 do Código Penal? É o estelionato. Por coincidência ou não! Golpe, não; estelionato eleitoral, muitos menos. E o que precisamos? Fortalecer, como disse antes, o regime democrático. No momento em que se discute até acabar com a reeleição para o Executivo, vêm lá no Congresso Nacional os adeptos, os Deputados da

base, um Deputado do PMDB, e aí eu perguntaria ao meu guru e mestre, a quem respeito se sempre me espelho, que é o Deputado Waldyr Pugliesi, que defende com unhas e dentes o regime democrático e é contra a ditadura, como todos nós somos. Agora, tenho certeza, Deputado Waldyr Pugliesi, que o senhor também não concorda com essa atitude do Deputado Jackson Barreto, lá do Espírito Santo, que colhe assinaturas porque quer por um 3º mandato para Presidente da República. Isso é golpe!

Olha, estamos cheios aqui na vizinhança disso! O Hugo Chávez foi eleito, depois mudou a Constituição, muda uma vez, muda duas vezes, e agora mudou no ano passado e definitivamente tem reeleição. Enquanto ele puder, fecha a televisão, fecha a imprensa e só fala ele. Esse, sim, parece, para alguns, um bom regime, mas que nós condenamos. Acho que a reeleição já é demais e agora imaginem um 3º mandato! Ou será que isso não é uma saída, procurar uma válvula de escape para que, vendo o barco afundar com a sua candidatura à Presidência da República, procurem um dos Deputados aliados, que não é do PT, mas que faz o jogo do Presidente da República, e apresenta essa PEC. Isso é golpe!

Espero que o Congresso Nacional não caia nessa. Vamos fortalecer o regime democrático, mas dizer não a esse golpe que está se ensaiando lá em Brasília em cima do regime, em cima da nossa democracia, que está frágil, mas não podemos aceitar que isso venha a ser implantado no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nós encerramos o nosso pronunciamento com esse tema que achamos de extrema importância, que deve ser discutido a nível de Brasil e a nível de Brasília.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Antes, porém, quero aproveitar a oportunidade para agradecer o Deputado Augustinho Zucchi, que presidiu a Sessão na tarde-noite de ontem, com firmeza e brilhantismo. Meus cumprimentos e meus agradecimentos, Deputados.

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PP)**O SR. MARCELO RANGEL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa.

Bem rapidamente uso o horário do PPS, para deixar registrado um documento que recebi da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, e como Parlamentar integrante da Bancada de Oposição é meu dever

também parabenizar as boas ações, Deputado Douglas Fabrício, acho que é importante.

Recebi um documento oficial, dizendo assim: *Curitiba, 16 de abril de 2009. Sr. Deputado, em atenção ao Ofício nº 787/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, solicitando a liberação de viaturas para o 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa, comunico a V. Exa., consoante informações prestadas pela Polícia Militar do Paraná, que está sendo otimizada, através do Governo do Estado, a entrega de novas viaturas, sendo que o 1º BPM de Ponta Grossa será contemplado com quatro viaturas. Atenciosamente, Direção Geral-SESP. Sr. Rubens Guimarães de Souza, Coronel-PM. Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, e endereçado à minha pessoa. Parlamentar do Bloco de Oposição.*

Neste momento quero me dirigir especialmente à Secretaria da Segurança Pública e agradecer a resposta, não desse ofício com relação às viaturas que nós fizemos cobranças, cobranças firmes aqui na Assembleia Legislativa com relação a esse programa grave na região dos Campos Gerais, mas também com relação ao IML. E recebemos também, Sr. Presidente, da Secretaria da Segurança, todas as informações, inclusive a respeito de investimentos. Por isso, gostaria de deixar registrado aqui esses documentos oficiais que vêm do Governo do Estado. Continuo ainda a fazer as devidas cobranças, principalmente com relação à Polícia Militar e à Polícia Civil, com relação a um maior efetivo, à valorização profissional. Vamos continuar com o nosso trabalho como Deputado de Oposição, porque acho que temos que nos manter firmes, termos um posicionamento claro, definido, transparente. É dessa maneira que vamos trabalhar aqui na Assembleia Legislativa. Mas documentos como esse demonstram que o nosso chamamento, as nossas cobranças estão surtindo o efeito.

Eu estava conversando com o Deputado Douglas Fabrício, com o Deputado Ademar Traiano, Elio Rusch, na região de Campo Mourão e Governador está fazendo uma visita neste momento, está entregando algumas obras. E eu também gostaria de dizer, Deputado Douglas Fabrício, do seu empenho, do seu trabalho. Deputado Douglas Fabrício, do PPS, atuante, firme, com personalidade, sempre cobrou obras para sua região e para todo Estado do Paraná. E o Governador Roberto Requião está em Campo Mourão não é à toa, é porque suas cobranças foram ouvidas, foram cobradas pela imprensa, pelos cidadãos. Talvez V. Exa. não tenha esse documento oficial, inclusive vou deixar registrado que é difícil um Deputado de Oposição receber um documento oficial demonstrando que seus pronunciamentos e cobranças estavam corretos e sensatos. Mas, por outro lado, os cidadãos da sua região, Deputado Douglas Fabrício, sabem que, como Deputado de Oposição, V. Exa. tem muito trabalho, muito mais até que muitos políticos, mas tem seus méritos. E as pessoas sabem dos méritos daqueles que trabalham com a uma linha firme, de acordo com os anseios populares.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Estou começando na política e aprendi que o político precisa, até por uma coerência, ter lado. Quando fui candidato a Deputado apoiei, no 1º turno, o Rubens Bueno; no 2º turno apoiamos o Osmar Dias e ganhamos a eleição por 10 mil votos, é muito pequena a diferença. Mas ganhou o Roberto Requião. E temos que respeitar quem ganhou a eleição e cumprir com o papel que a população nos colocou, que é fiscalizar. E é isso que faço aqui na Assembleia Legislativa. Fiscalizando, cobrando ações do Governo do Estado, que cumpra as promessas que fez para poder se reeleger.

Todos sabem que o Governador Roberto Requião está em Campo Mourão, inaugurando algumas obras que cobramos, mas todos os Deputados ajudaram a aprovar, porque aprovamos no orçamento do Estado do ano passado, e do ano anterior também. E as obras desta ano, que o Governador Roberto Requião inaugura, são do ano de 2007.

Quero agradecer a todos os Deputados que aprovaram esse orçamento para que fosse possível a realização dessas obras. Mas é bom esclarecer que o político não está fazendo nenhum favor para a população, foi eleito para isso. O Governador foi eleito para melhorar o desenvolvimento do Paraná e nós fomos eleitos para fiscalizar, reinvidicar, como V. Exa. fez com as viaturas. Nós também cobramos viaturas para Campo Mourão. Naturalmente que nós, da Oposição, não precisamos estar junto na hora da entrega. Mas lembrar que aquele ônibus, aquela obra, não é um presente do Governador Roberto Requião; pelo contrário, é um direito da população de receber essas obras. Porque o dinheiro para construir essas benfeitorias, por exemplo, é público, dinheiro do povo, que passou aqui nesta Casa na discussão do orçamento e que todos os Deputados aprovaram.

Parabéns pelo seu pronunciamento! Tenha certeza que, quanto mais forte e organizada for a Oposição, o Governo trabalha melhor, a população ganha com isso. A população ganha quando tem uma Oposição coerente, responsável, de respeito, porque nesta Casa respeitamos todos os Deputados, seja Situação ou Oposição.

Por isso, quando me elegi pela Oposição, tenho que manter minha coerência aqui, de fazer a Oposição. Aquilo que está errado no Governo temos que denunciar, cobrar para melhorar; e o que o Governo está acertando, temos que reconhecer.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço Deputado Douglas Fabrício.

Só existem avanços na democracia se existir Situação e Oposição. Sabemos da nossa responsabilidade.

Ontem, lutamos por nossos ideais, lutamos pelos ideais de milhares de servidores do Estado do Paraná.

Infelizmente, não conseguimos êxito, mas a luta deve continuar. Hoje, estou com a consciência limpa. Acordei muito bem. Acredito que muitos Parlamentares também, estão felizes pelo seu posicionamento.

Deixo registrado que na primeira página do jornal Diário dos Campos saiu a informação do IML, da Secretaria da Segurança, também a este Parlamentar. Eu fiz a cobrança aqui no Plenário, foi votado e aprovado, cobramos mais investimentos no IML, e chegou a informação de que, em julho, o IML de Ponta Grossa vai receber uma viatura e, também poderá ganhar novas instalações. Estão nos respondendo, e é por isso que venho à tribuna, para dizer que, pelo menos, estou sentindo que o respeito para com a Assembleia Legislativa e para que com este Parlamentar e grande por parte dessa Secretaria. Volto a fazer as minhas reivindicações, as minhas cobranças pelo Estado do Paraná, principalmente com mais investimentos, é claro, na área de Segurança, e nós precisamos disso, mas, neste momento, acho que é meu dever deixar isso registrado.

Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das Lideranças, PSDB; PDT; Bloco PRB/PSB/PV; Liderança da Oposição.

(Todos declinam).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Edson Praczyk e pela Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, comunicando a V. Exa. que, por deliberação dos Deputados do Bloco PRB/PSB/PV, o ilustre Deputado Reni Pereira passa a responder pela Liderança do Bloco nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 675/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, estudos e providências para implantação de trevo ou rotatória de acesso ao Parque Industrial das Palmeiras - Rodovia PR - 180m em Terra Rica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 676/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de serviços de manutenção de poda do mato, bem como conservação da sinalização horizontal nas margens da PR-180, no Município de Terra Rica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e CDHCDC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (ANEXOS PROJETOS DE LEI Nº 125/09 e 136/09). EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 124, 125, 136 e 181/09

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Jonas Guimarães e Osmar Bertoldi, cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, e dá outras providências.

Os projetos já receberam deste relator parecer favorável, retornando em função de emendas de plenário.

Em análise às emendas recebidas, concluiu-se que elas são constitucionais e em nada altera o teor do projeto.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Francisco Bühner, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Fernando Scanavaca, Reni Pereira, Artagão Júnior, Douglas Fabrício e Chico Noroeste.

Aprovado.

Em votação o substitutivo da CCJ. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Ao substitutivo existem emendas de Plenário. Parecer favorável da CCJ. Em votação as emendas. **Aprovadas.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de agradecer à Mesa Executiva, a todos os Deputados, ao Deputado Jonas Guimarães e ao Deputado Ademar Traiano, que são coautores deste projeto que tem grande alcance social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente, **aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 129/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL - AAPC, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 028/09, de 01/04/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 177/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a ONG Viver Uma Vida Feliz, com sede e foro no Município de Ivaiporã e foro na Comarca de Ivaiporã. **Aprovada. (Publ. no DA nº 039/09, de 27/04/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/09, que concede reajuste geral de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo. **Aprovada. (Publ. no DA nº 039/09, de 27/04/09, em Mensagens).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a ASSESPI - Associação Beneficente Esportiva Pireli Paraná, filiada a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, entidades beneficentes e sociais de Curitiba - Gestão 2005/2009. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Irati, com sede e foro no Município de Irati/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA

CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública o Instituto São Cristóvão - ISC, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Esperança Viva, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca do Município de Catanduvas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/09, de 28/04/09, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 192/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube de Mães Esperança Viva, com sede e foro no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca do Município de Catanduvas/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais ASPM, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/09, de 28/04/09, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 197/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2337, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Ontem, pedi para discutir esse requerimento, as em função do adiantado da hora em que ele foi apresentado na Sessão, acabei por não ler o requerimento. Acabei de ver que trata sobre a questão de um tema importante, que é a questão dos centros psiquiátricos. Dizer a V. Exa. que não tenho absolutamente nada contra o requerimento. O Deputado Ney Leprevost, às vezes, têm alguns requerimentos sobre esses temas, que são complexos do ponto de vista político, e esse trata de um tema que envolve Saúde Pública, que é um posicionamento que respeito e vale, sim, constar o texto nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2398, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Esta Casa já tem pronta, para colocar na Ordem do Dia, a proposta que foi formulada, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que recebeu contribuição de diversos Parlamentares, inclusive do próprio Deputado Reni Pereira. Eu, como relator da CCJ, acolhi a emenda deste Deputado. Solicitar ao autor do requerimento para que pudesse encaminhar essa resposta, de uma forma objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para esclarecer, estará na Ordem do Dia de segunda-feira.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria ter a oportunidade de encaminhar via fax esse requerimento e, se possível, contando com a boa vontade da Secretaria da Fazenda, e na segunda-feira, no encaminhamento, trazer a resposta em relação ao tema, até porque não há problema nenhum em aprovar, mas como estamos debatendo, o tema é importante e já foi objeto de tanta controvérsia aqui nesta Casa, como chegamos a um texto consensual com o nobre autor do requerimento, Deputado Reni Pereira, faço esse apelo ao bom senso para que, se possível for, obter essa resposta até segunda-feira, como vamos votar e aprovar essa lei importante na segunda-feira.

Hoje pela manhã eu ouvia a Renault falando que havia suspenso o contrato de 1 mil empregados, que 700 empregados já haviam sido reintegrados, mas que 300, em função da redução da produção de automóveis, de 650 para 500 automóveis diários provavelmente apenas 20 ou 30 seriam absorvidos e os outros 270 provavelmente terão convertidas as suas suspensões de contratos em demissões. Como a Renault S/A é uma das empresas que é beneficiária dos contratos que o Governo do Estado firmou para poder, de fato, atrair essas empresas para o Estado do Paraná, e é uma empresa importante, penso que a Lei do Emprego efetivamente vai dar esse enquadramento, respeitando naturalmente os contratos, mas tendo um instrumento efetivo por conta da nova redação, para poder chamar à responsabilidade essas empresas. E a vigência da lei vai dar eficácia à lei que o Deputado Reni Pereira se refere, que lamentavelmente não tem um instrumento de aplicabilidade.

Faço esse apelo ao Deputado Reni, no sentimento que nós dois temos trabalhando neste tema, que é importante, que possamos resolver, do ponto de vista do Legislativo, e dar ao Governador Requião um instrumento de eficácia para que o Secretário Heron Arzua possa chamar esses empresários e poder, de fato, discutir o tema à luz do interesse da manutenção do emprego. E claro, ampliação, com a criação de um mecanismo que beneficie aquele que amplia emprego, através do crédito por parte da própria agência de fomento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira, para encaminhar.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, na verdade o requerimento é bem objetivo e certamente queremos a eficiência e a rapidez na resposta. E o que ele pede simplesmente é, desde a entrada em vigor da lei do Deputado Ratinho Júnior, quem é o responsável por firmar os contratos ou, na verdade, fazer os aditivos. E pedimos uma cópia desses aditivos, do termo do acordo e quais os benefícios que a empresa Sadia detém do Estado do Paraná. Isso porque temos a notícia que a Sadia está demitindo funcionários.

Agora, recebi na tarde de hoje, uma resposta do Secretário da Fazenda, Heron Arzua, de um requerimento aprovado aqui no dia 17 de março, em que pedimos algo semelhante. Com quantas empresas foram firmados aditivos contratuais, conforme o artigo 2º da lei nº 15426, que é a Lei do Emprego, já que neste artigo 2º existia a obrigatoriedade do Estado procurar todas as empresas que detinham incentivos e elas haveriam de se comprometer a não demitir. E a resposta que me chegou hoje é que a Secretaria da Fazenda realiza acompanhamento contínuo das empresas enquadradas, a fim de verificar o efetivo desenvolvimento do empreendimento e que tem por consequência o incremento dos postos de trabalho.

Então, acho que é inverídica essa notícia que a Sadia demitiu. Tenho convicção que a Sadia recebe emprego. E na sequência ela diz que essa norma que estamos aprimorando nesta Casa, que não foi necessário aditar os contratos, seja porque ele já pressupõe que as empresas têm por objetivo a geração de emprego, ou seja, porque os estabelecimentos beneficiários não tiveram dificuldades em cumprir a Lei nº 15426, até o advento da crise econômica.

Então, existe uma disparidade, Deputado Romanelli. Acho que tanto V. Exa. quanto eu queremos a verdade, que o Paraná tenha um mecanismo eficiente. Esta lei já é eficiente, eu sempre a defendi, na qualidade de relator, mas acho que não podemos aqui omitir a responsabilidade de procurar as empresas.

Mas acato a sugestão de V. Exa. e peço que até na segunda-feira, se possível, possa informar, não só a mim, mas a todo Estado do Paraná, a cópia do contrato com a Sadia, porque temos a informação que a Sadia está demitindo e temos a informação aqui, da Secretaria da Fazenda, que não há necessidade de fazer esse acompanhamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só para poder complementar aqui o encaminhamento. Eu percebo que já há a resposta do pedido que o Deputado Reni Pereira formula. Penso que a resposta já está dada, Deputada Reni, pelo Secretário Heron Arzua, em outro requerimento que já foi formu-

lado. Já está esclarecido. Não há resposta mais a ser dada. Formula-se só o juízo de valor do Deputado Reni Pereira, mas a resposta já está dada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Volto a questionar o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Se a resposta desse requerimento for a resposta atual, que não existe nenhum aditivo contratual com as empresas beneficiárias, seja de benefício fiscal ou tributário no Paraná, se o Líder do Governo confirmar que está valendo esta informação que foi emitida no dia 20 de maio pela Casa Civil, se for essa, então vamos procurar o Ministério Público, a Comissão de Fiscalização nesta Casa, porque a lei está em vigor e alguém não cumpriu seu papel.

Se for essa, eu concordo...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, penso que é esta a resposta que está dada, está escrita, eu não li o documento, mas eu parto do pressuposto, da boa fé do Deputado Reni, que leu o documento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O que questionamos agora aqui, o que estamos apreciando agora é o requerimento. O requerimento está retirado?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Concordo com o adiamento até segunda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito. Então está adiado...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer que muito provavelmente, em função do que ele leu, eu não terei nenhuma informação a ser aduzida, até porque também ouvi, está nos jornais, hoje, a fusão da Sadia com a Perdigão. A Sadia, todos nós sabemos, por conta da especulação financeira, teve grandes prejuízos com os chamados títulos derivativos na Bolsa de Nova Iorque.

O Presidente da Sadia, o ex-Ministro Luiz Furlan, disse o que nenhum funcionário, nenhum empregado de fábrica será demitido pela Sadia, o que de certa forma nos tranquiliza.

Então, vamos aguardar isto, mas penso que o requerimento já está com a resposta dada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2385 e 2386, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2388, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2383 e 2384, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **À Presidência.**

Requerimento nº 2387, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2389 a 2394, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2401, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2395 e 2402, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Lembrar a V. Exas, eu queria, antes de encerrar a Sessão, fazer uma sugestão ao Deputado Jocelito Canto ou ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que formulassem, por escrito, um dos dois, uma questão de ordem à Mesa, exatamente sobre aquela questão levantada ontem, verbalmente, a respeito da constitucionalidade, do pedido da vinda ou não de projetos considerados constitucionais ou não. Ou seja, do artigo 33 do Regimento Interno, gostaria que a Mesa pudesse responder a V. Exas. a este respeito, a qualquer um dos senhores, que os dois levantaram ontem, verbalmente, mas que o fizessem por escrito para que a Mesa pudesse se manifestar e que isso, que a decisão da Mesa pudesse valer como jurisprudência daqui para frente.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, já estou formulando uma questão de ordem por escrito a V. Exa. Até porque a sua decisão vai auxiliar o Deputado Durval Amaral na própria CCJ, uma vez que o Deputado Durval Amaral naturalmente vai acolher a mesma posição que V. Exa. vai adotar aqui nesta Casa. Já estou formulando, e segunda-feira vou apresentar a V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: o Deputado Nereu Moura é o autor intelectual da questão de ordem que foi formulada ontem em relação a esse tema, até porque é um processualista, estuda o Regimento desta Casa. Quero dizer que obviamente a questão de ordem que ele vai formular responde à pergunta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro. Não há necessidade de três questões de ordem. Lembrar que amanhã teremos duas Sessões Especiais. Uma em Maringá, com a entrega do título ao professor Paulo Sakai, esta Presidência estará presente por proposição; e ao professor Minau Okawa, por pro-

posição do Deputado Dr. Batista. E outra aqui neste plenário, proposta pelo Deputado Ney Leprevost, com o prêmio Papa João Paulo II. A Sessão do Ney Leprevost será às 11 h.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero informar que estarei na Sessão em Maringá.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Fico feliz que V. Exa. tenha entendido a questão de ordem que fiz ontem. V. Exa. não estava presidindo, mas estava acompanhando. V. Exa. me falou até, no final, que eu estava com a razão. Fico feliz que haja essa consideração da Casa, porque acho que V. Exa. está correto, tem que caminhar nesta linha que vem caminhando desde a questão da transparência da Casa, até as questões aqui dentro nosso Regimento, dos entendimentos, para que não haja essa exposição e que, claro, a Casa, o Parlamento, é discussão, todo mundo é igual, cada um defende um lado. Agora o importante é que a lei prevaleça.

Cumprimento V. Exa, por tomar essa medida.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 182, 191/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124, 185/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 192, 197/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 099, 200, 204, 214 e 233/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 2009.

Os Inumeráveis Estados do Ser

Jornal Folha de São Paulo
(Ferreira Gullar)

Na época em Nise da Silveira estudou psiquiatria, os métodos adotados para tratamento da esquizofrenia eram a lobotomia e o choque elétrico. Ela, horrorizada, negou-se a usar esse tipo de tratamento, criando assim um problema para o diretor do Centro Psiquiátrico Nacional, que era seu amigo e não queria demití-la.

Como alternativa, ela optou por dedicar-se a lidar com os pacientes que, como terapia, cuidavam da arrumação dos quartos e limpeza dos banheiros. Foi quando teve a ideia de acrescentar a essas ocupações, outras, como trabalho de encadernação, modelagem, desenho e pintura. Assim nasceram os ateliês e, como resultado deles, o Museu de Imagens do Inconsciente. Naqueles ateliês surgiram alguns artistas de grande talento, cujas obras hoje integram o acervo da arte brasileira.

Essa integração não se deu facilmente, uma vez que a maioria dos críticos de arte e mesmo artistas negavam-se a reconhecer como arte a produção de doentes mentais. O crítico Mário Pedrosa foi o primeiro, entre nós, a defender a legitimidade da expressão daqueles artistas que surgiram, por assim dizer, à margem da história.

A resistência dos que negavam valor artístico àquelas obras decorria do preconceito contra o doente mental e da incompreensão da natureza mesma do trabalho artístico. Custaram a compreender que não era loucura que fazia daquelas pessoas artistas, e, sim, a vocação, o talento de que nasceram dotadas. Não é a loucura que produz arte, uma vez que das dezenas de pacientes que trabalharam nos ateliês do CPN, no Engenho de Dentro, só uns poucos - cinco - de fato criaram obras de real qualidade estética.

Por outro lado, deve-se entender que o propósito da Dra. Nise não era formar artistas, mas, sim, oferecer aos pacientes a possibilidade de se expressar e, desse modo, dar vazão a impulsos e inibições que não encontrariam outro modo de superar. É que, em geral, o doente mental tem dificuldade de se expressar logicamente, como o exige a linguagem verbal. Já a linguagem pictórica, não-verbal, constituída de cores, linhas, símbolos visuais, dispensa o logos para se estruturar. Por essa razão, ao mesmo tempo que serve de vazão aos impasses emocionais, permite-lhe construir uma totalidade simbólica plena, bela, que lhe dá alegria e autoafirmação.

Um exemplo bem evidente disso é o caso de Emygdio de Barros, que, após 23 anos de mudez, encontrou na pintura o caminho para realizar suas potencialidades de artista. Na verdade, não só lhe seria impossível valer-se da fala ou da escrita, como jamais, através delas, conseguiria inventar um espaço imaginário tão rico de significações como o encontramos em seus quadros.

A pintura não o curou, mas permitiu-lhe superar o mutismo em que se trancara, a ponto de, certo dia, manifestar o desejo de voltar para casa. E o fez de maneira muito especial, ao dizer a Dra. Nise que, naquele Natal, queria como presente um guarda-chuva. Após um primeiro momento de surpresa, ela entendeu que, se queria

um guarda-chuva, é que deseja sair do hospital, já que lá dentro não chove.

Mário e Almir Mavignier, temendo que ele parasse de pintar, sugeriram fazer uma exposição de seus quadros, como propósito de vendê-los - e, com o dinheiro, comprar telas, pincéis e tinta. Apenas seis quadros foram vendidos, dos quais cinco foram comprados por Mário Pedrosa - aliás, as únicas vendidas de todas as que foram criadas nos ateliês do CPN, já que o objetivo de Dra. Nise era conservá-las como objeto de estudos médicos para a compreensão do fenômeno psíquico que ela designava, adotando uma expressão de Antonin Artaud, como "os inumeráveis estados do ser".

Emygdio foi morar com a família e, pouco depois, parou de pintar, ou porque o dinheiro acabara, ou porque a família preferiu gastá-lo em coisa mais útil. Assim, passaram-se alguns anos sem que se tivesse qualquer notícia dele. Enquanto isso, críticos e artistas começaram a reconhecer a qualidade artística das obras criadas nos ateliês do CPN. O Museu de Imagens do Inconsciente ganhou prestígio internacional e, a obra da Dra. Nise, o reconhecimento tanto de estudiosos da arte quanto da psiquiatria.

Mas eis que, um belo dia, um senhor de paletó e gravata, com uma maleta na mão, chegou ao hospital do Engenho de Dentro. Era Emygdio de Barros, que voltara para retomar seu trabalho de pintor. E pintou ali até completar 80 anos, quando, por força de lei, teve que ser transferido para um asilo de idosos, onde morreu aos 92 anos de idade.

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Jonas Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Fernandes Litro. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 055/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo

Presidente; 02) Projeto de Lei nº 069/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 083/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 084/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta seu parecer FAVORÁVEL. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento pela transformação da matéria em DILIGÊNCIA junto ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel. O Sr. Presidente coloca em votação a sugestão e o requerimento - APROVADOS; 05) Projeto de Lei nº 088/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer do Deputado Nereu Moura pelo acolhimento do voto em separado CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 193/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 193/09, de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 186/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 094/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 076/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 099/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 099/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi - Altera dispositivos da Lei nº 15426/07. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 170/09, de autoria da Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de

Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fernanda Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 139/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 139/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 053/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO com voto contrário do Deputado Artagão Júnior e abstenção de votação pelo Deputado Reni Pereira; 03) Projeto de Lei nº 055/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 062/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 076/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 097/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 105/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - REJEITADO. Os Srs. Deputados Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Francisco Bühner, Tadeu Veneri, Luiz Carlos Martins e Reni Pereira votaram contrário à matéria. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Duílio Genari e Artagão Júnior votaram favorável ao parecer. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado contrário do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Artagão Júnior e Douglas Fabrício. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação aos projetos de lei que tratam sobre a utilidade pública. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 306/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 129/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 177/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 182/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 185/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL

VEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 191/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 192/09, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 197/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 200/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 204/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 215/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 217/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 202/09, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 107/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 112/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Deputado Francisco Bühner - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 099/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 099/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi - Altera dispositivos da Lei nº 15426/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Deputado Luiz Claudio Romanelli à emenda oferecida pela Comissão de Finanças, na forma da subemenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr.

Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Francisco Bühner. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência e votação ao Projeto de Lei nº 186/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Ademar Traiano SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 543/08, de autoria do Deputado Elton Welter. A Sra. Deputada Rosane Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 047/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 096/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost - Altera dispositivos da Lei nº 15608/07. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 209/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 209/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 102/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 103/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 116/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 121/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a

presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência e votação ao Projeto de Lei nº 515/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Luiz Claudio Romanelli FAVORÁVEL às emendas 1, 2, 3, 4, 6 e 7 e CONTRÁRIO à emenda nº 5 - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 186/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli às emendas de Plenário - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Douglas Fabrício, Tadeu Veneri e Luiz Carlos Martins; 03) Projeto de Lei nº 534/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 12327/98. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 004/09, 124/09, 138/09, 184/09 e 195/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste e Artagão Júnior. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Douglas Fabrício e Francisco Bühner votam favoravelmente ao parecer; 05) Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins às emendas de Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 138/09, de autoria do Deputado Nelson Justus - Altera dispositivos da Lei nº 12811/99. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 184/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 195/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 233/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 233/09, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 543/08, de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 047/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 098/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Reni Pereira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 073/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura às emendas de Plenário - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 119/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson. O Sr. Deputado Douglas Fabrício, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado dos Transportes - DEFERIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 135/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 148/09 e 153/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 148/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 153/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 214/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 20) Proposição Veto Parcial nº 032/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 687/07 de autoria do Tribunal de Justiça que altera dispositivos da Lei nº 14277/036. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 157/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 22) Proposição Veto nº 034/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 523/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel que altera dispositivos da Lei nº 15967/08. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 042/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 203/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 228/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 232/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 164/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost e Projeto de Lei nº 328/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presi-

dente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 776/07 e 800/07; 392/08, 427/08, 475/07, 354/08, 393/08, 402/08, 470/08, 005/08 e 391/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 504, 509, 548 e 537/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do

Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 433 e 523/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 552/08 e 010/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 755/07; 020 e 014/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 404/08 e ao Projeto de Resolução nº 002/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 847/07; 012/08; 012, 037 e 038/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tra-

tar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Mauro Moraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 053/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecerer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MAURO MORAES - Presidente

